



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA
ALIMENTAR E NUTRICIONAL REALIZADA NA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA DA
DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE
MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às quinze horas e vinte e três minutos, no Plenarinho Deputado Nelito Câmara, sob a presidência do senhor deputado Pedro Kemp, coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, foi aberta a reunião da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, instituída pelo Ato da Mesa Diretora nº 028/2025.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Oscar Maurício Martinez) — Autoridades, parlamentares presentes, convidados, representantes de entidades, profissionais da nutrição, representantes dos Conselhos Municipal e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional e da Saúde, pesquisadores, acadêmicos da área, assessores parlamentares, senhoras e senhores, boa tarde! A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do deputado Pedro Kemp, segundo-secretário desta Casa de Leis e coordenador da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, recebe todos e todas para esta reunião, que tem como objetivo debater a articulação e o fortalecimento das políticas públicas voltadas ao tema de atuação da Frente. Para compor a Mesa, convidamos o coordenador da Frente Parlamentar, deputado estadual Pedro Kemp; a doutora Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva, professora, nutricionista, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de Campo Grande, doutora em Nutrição em Saúde Pública pela Faculdade de Saúde Pública da USP, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), professora adjunta, membro do Instituto de Desenvolvimento Educacional, Cultural e Assistencial Nacional (Idecan) e conselheira do Conselho Regional de Nutrição; a senhora Enilda Maria Lemos, assistente social e vice-presidente do Cress/MS; o senhor Pedro Fernandes Costa Gaeta, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea/MS) e representante da Federação dos Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios de Mato Grosso do Sul (Fecams) – Axé Nascente; o senhor Anderson Holsbach, gerente de Alimentação e Nutrição da Secretaria de Estado de Saúde (SES), professor, nutricionista, mestre em Ciências Ambientais e Sustentabilidade pela UCDB e doutorando em Saúde e Desenvolvimento pela UFMS; e o vereador Jean Ferreira, representando a Câmara Municipal de Campo Grande. Senhoras e senhores, informamos que os eventos desta Casa de Leis são abertos ao público e à imprensa e são transmitidos pelos canais oficiais de comunicação: TV Alems, canal 7.2 em sinal aberto e canal 9 da Claro NET TV, ou ainda pelo link da TV Alems, Rádio Alems FM 105,5 MHz, em sinal aberto, ou pelo link da Rádio Alems e YouTube. A cobertura deste evento também pode ser conferida no site da Alems, onde estão disponíveis as imagens e as notas taquigráficas. Com a palavra, o coordenador, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Boa tarde a todas as pessoas aqui presentes. Quero agradecer imensamente a presença de todos e todas que



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

atenderam ao nosso convite. Agradeço, de modo especial, à doutora Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva, ao senhor Anderson Holsbach, à senhora Enilda Maria Lemos, ao senhor Pedro Fernandes Costa Gaeta e ao vereador Jean Ferreira. Declaro aberta esta reunião da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Oscar Maurício Martinez) — Registramos e agradecemos a presença das pessoas que já foram nominadas e que também se fazem presentes nesta reunião: senhora Carlinda Rezende, consultora do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS); senhora Marina Ricardo Nunes Viana, superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário; senhor Thales Eduardo de Oliveira Martins, especialista em indigenismo, representando a Funai/MS e o coordenador de Campo Grande, Dioni Alcântara Batista; senhora Andressa Carolina Farias Pereira Subtil, presidente da Caisan/MS — Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Mato Grosso do Sul — e superintendente do Programa Mais Social da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos; senhora Carmem Ferreira Barbosa, coordenadora do Centro de Assistência Social do Partido dos Trabalhadores do Estado de Mato Grosso do Sul; senhora Tereza de Oliveira Teixeira, presidente da Caisan/CG; vereador Abílio Vaneli, do município de Coxim; e senhora Maria Luiza Serrou dos Santos, presidente da Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis. Peço permissão para fazermos um convite especial ao senhor professor Paulo Ângelo, que fará um breve resgate dos trabalhos e das conquistas da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional do Estado de Mato Grosso do Sul.

SENHOR PAULO ÂNGELO (assessor parlamentar) — Boa tarde a todos e todas. É com grande satisfação que nos reencontramos neste espaço para reorganizar as atividades da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar desta Casa de Leis. Ficamos muito emocionados porque começamos a lembrar, professora Osvaldinete, do período do ex-deputado João Grandão, quando iniciamos um trabalho de aproximação entre a sociedade, as entidades, as universidades e a Assembleia Legislativa para discutir esse tema nesta Casa. De lá para cá, tivemos grandes batalhas, muitas lutas, idas e vindas, e acabamos passando por um período de interrupção das atividades junto às entidades em razão da pandemia, quando enfrentamos muitas dificuldades. Uma das últimas atividades da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional naquele período ocorreu quando a população indígena teve suspenso o recebimento de cestas básicas por parte do Governo Federal. Na ocasião, a Frente Parlamentar e inúmeras entidades se articularam rapidamente. O deputado Pedro Kemp era vice-coordenador e o saudoso deputado Cabo Almi era o coordenador da Frente Parlamentar. Conseguimos, por meio de doações da população e da ONG Ação da Cidadania, do Rio de Janeiro-RJ, receber uma carreta de alimentos. A Frente Parlamentar, juntamente com movimentos sociais, entidades públicas e privadas, organizou-se para distribuir essas cestas básicas em inúmeros municípios da faixa de fronteira onde havia população indígena. Estamos retomando os trabalhos de forma mais tranquila, mas é importante lembrar aquele momento. A Marina, representantes do MST, do Movimento Camponês de Luta pela Reforma Agrária, outros movimentos sociais,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

a Fetagri, vereadores municipais, sindicatos, a Caisan Municipal, a Caisan Estadual, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar de Campo Grande e o Conselho Estadual, hoje presidido pelo Pedro Gaeta, participaram ativamente desse processo. Hoje temos vinte e sete entidades e instituições participando, o que é muito significativo. A pandemia provocou uma interrupção das nossas atividades, mas agora estamos retomando esse trabalho. Quero agradecer muito ao deputado Pedro Kemp por retomar as atividades da Frente Parlamentar aqui na Assembleia Legislativa. Quando olhamos para trás, percebemos o quanto avançamos. Lembro, por exemplo, do período da extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, quando a população se reuniu e realizou uma espécie de "banquetaço" na Praça do Rádio Clube, promovendo um grande movimento para que o tema não caísse no esquecimento e para que, um dia, conseguíssemos trazer de volta o Conselho Nacional de Segurança Alimentar. É em nome dessa trajetória que podemos afirmar que houve grandes avanços nessa luta, capitaneada pelas entidades e pela Frente Parlamentar. Estamos aqui para uma retomada e para dizer que, se Deus quiser, na próxima legislatura conseguiremos reunir novamente aquelas vinte e sete ou trinta entidades para continuarmos nossa batalha. Eu poderia falar mais, mas não é o caso neste momento. Hoje é uma reunião de trabalho e de organização. Quero agradecer às pessoas que se dispuseram a vir aqui para fazer suas exposições e apresentar a situação atual, além de contribuir para a construção do que faremos daqui para frente. Pretendemos elaborar um cronograma de atividades, sempre pensando que, na próxima legislatura, trabalharemos também no regimento da Frente Parlamentar, para garantir a continuidade desse trabalho envolvendo instituições, movimentos sociais e movimentos sindicais. O nosso muito obrigado. Continuamos nessa batalha. Agradeço desde já ao Anderson, à professora Osvaldinete e a todos os presentes.

MESTRE DE CERIMÔNIA (Oscar Maurício Martinez) — Com a palavra, neste instante, o deputado estadual Pedro Kemp, proponente desta reunião.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Quero agradecer ao professor Paulo Ângelo pela breve exposição, na qual resgatou parte da história da Frente Parlamentar aqui na Assembleia Legislativa. Tive a honra de ombrear com o saudoso deputado Cabo Almi em uma legislatura na qual conseguimos promover diversas atividades. Como bem lembrou o professor Paulo Ângelo, enfrentamos muitas dificuldades no governo anterior, quando, por meio de medida provisória, foi extinto o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), além da suspensão do fornecimento de cestas básicas para as comunidades indígenas, principalmente aquelas localizadas em áreas de litígio e de retomada. Naquele momento, o Governo Federal entendia que, por não serem áreas regularizadas ou demarcadas, os indígenas não teriam direito ao recebimento desses alimentos. Tivemos alguns entraves e retrocessos. Se não fosse a articulação da própria sociedade civil e dos movimentos sociais, teríamos enfrentado verdadeiras tragédias naquele período tão difícil, especialmente durante a pandemia. O que pensamos hoje é que esta Frente Parlamentar deve ser permanente na Assembleia Legislativa. Nossa intenção não é que ela seja composta apenas por parlamentares, mas que conte também com a



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

participação efetiva da sociedade civil, por meio de entidades que tenham ligação com esse tema ou interesse nessa problemática. Outra questão importante é que nossa preocupação não se limita apenas a garantir o acesso das pessoas à alimentação. Às vezes dizemos que as pessoas estão se alimentando, mas precisamos refletir sobre a qualidade dos alimentos que estão consumindo, se essa alimentação é balanceada e capaz de garantir sua saúde. Trata-se de uma questão de saúde pública. Não se trata apenas de sobrevivência ou simplesmente de matar a fome. Queremos assegurar uma alimentação de qualidade para todas as pessoas. Essa é a principal finalidade desta Frente Parlamentar. Existem inúmeras situações que poderíamos citar, mas que serão debatidas ao longo dos nossos trabalhos. Podemos articular, em conjunto com as entidades aqui presentes e com a Assembleia Legislativa, iniciativas, ações e provocações aos órgãos públicos para que, de fato, o direito sagrado ao acesso a uma alimentação de qualidade seja assegurado a todas as pessoas, a todos os brasileiros e brasileiras. É com esse intuito que propomos esta rearticulação da Frente Parlamentar junto à sociedade civil. Quero abrir agora a palavra para uma saudação de até três minutos das pessoas que compõem a Mesa. Em seguida, teremos convidados que farão exposições para enriquecer o nosso debate nesta tarde. Não sei se já foi registrado, mas gostaria também de registrar e agradecer a presença do vereador Abílio Vaneli, do município de Coxim, grande parceiro nosso em todas essas lutas. Passo, então, a palavra aos componentes da mesa, começando pela doutora Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva.

SENHORA OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA (presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) — Boa tarde a todos e a todas. Gostaria de agradecer a oportunidade e, em nome do deputado Pedro Kemp, dizer que é uma honra participar deste momento de reativação da Frente Parlamentar. Como o Paulo falou, bastante emocionado, nós também nos emocionamos, Paulo. Faz muito tempo que estamos nessa luta, nessa militância, porque é uma militância. Eu vinha para cá refletindo sobre o motivo de fazermos isso, e a resposta é simples: fazemos por amor. Fazemos porque damos voz a quem não tem voz. A nossa luta pelas políticas de segurança alimentar e nutricional é mais do que um trabalho. Na verdade, não é apenas um trabalho; é uma militância, uma causa que defendemos. Eu e o Paulo trabalhamos juntos no Consea, lá no início dos anos 2000, não é, Paulo? Acho que foi entre 2005 e 2006. Naquele período já estávamos profundamente engajados nessa luta. Portanto, é um prazer e uma honra estar aqui. Tive o privilégio de trazer ao saudoso deputado Cabo Almi, em 2019 — até resgatei essa informação hoje, Paulo —, dois projetos de lei para que ele pudesse dar entrada e encaminhar a tramitação dessas propostas. Infelizmente, depois o perdemos. Posteriormente, demos entrada novamente por intermédio do saudoso deputado Amarildo Cruz, mas, mais uma vez, o trabalho acabou sendo interrompido. Esse não é um trabalho fácil, mas é possível quando as pessoas estão dispostas a se reinventar e a recomeçar. E é exatamente isso que estamos fazendo agora: recomeçando. Quero parabenizá-lo, deputado, por essa iniciativa. Não podemos desistir nunca de promover direitos, especialmente um direito tão fundamental como esse. Apesar das lutas, dos retrocessos e dos desmontes que enfrentamos nas políticas públicas, elas estão sendo reconstruídas e



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

fortalecidas. Estamos aqui para contribuir e colaborar nesse processo. Agradeço a oportunidade. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado, Osvaldinete. Quero apenas lembrar que, após as palestras que teremos nesta reunião, abriremos espaço para quem desejar participar e dar sua contribuição. Basta fazer a inscrição junto ao nosso Cerimonial. Todos poderão se manifestar. Vou passar a palavra agora para uma pessoa que, toda vez que me encontrava, dizia: “Deputado, precisamos articular a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar”. Então, em homenagem a essa companheira, Enilda, passo a palavra para ela.

SENHORA ENILDA MARIA LEMOS (vice-presidente do Cress/MS) — Estou muito feliz com a reativação deste trabalho e desse compromisso da sociedade e da Assembleia Legislativa, tendo um parlamentar à frente de uma política tão importante, que está diretamente relacionada à sobrevivência das pessoas. No ano passado, a Carmem, nossa colega assistente social, que ainda era presidente do Cress, participou da realização do 52º Encontro Nacional do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Serviço Social. Mais uma vez, uma das deliberações aprovadas naquele encontro, no eixo da Seguridade Social, tratava da política de Segurança Alimentar e Nutricional. A deliberação estabeleceu a necessidade de fomentar a atuação na política de segurança alimentar e nutricional nos estados e municípios, fortalecendo o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional. E já faz cerca de três anos que essa mesma deliberação vem sendo reiteradamente aprovada nesses encontros. Há também um aspecto importante que faço questão de registrar. Em novembro de 2024, quando a Carmem ainda presidia o Cress, participamos de uma reunião da Caisan. Na ocasião, um dos encaminhamentos foi que as entidades presentes buscassem dialogar com os parlamentares e realizassem incidência política junto a eles para que a Frente Parlamentar fosse reativada. Viemos até esta Casa e conversamos com a bancada do PT, que sempre esteve pronta para atender às questões relacionadas às pessoas e aos problemas sociais. De forma imediata, o deputado Pedro Kemp assumiu essa liderança, o que foi muito importante para nós. E hoje estamos vivendo este momento de retomada. Para o Cress, é fundamental reconhecer a liderança do deputado Pedro Kemp na coordenação da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, uma construção coletiva voltada à garantia do acesso a uma alimentação saudável.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Muito bem. Muito obrigado, Enilda, que falou em nome do Conselho Regional de Serviço Social de Mato Grosso do Sul. Como ela bem destacou, queremos construir esse trabalho de forma coletiva daqui para frente. Passo agora a palavra ao senhor Pedro Fernandes Costa Gaeta, presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de Mato Grosso do Sul.

SENHOR PEDRO FERNANDES COSTA GAETA (presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional - Consea/MS) — Boa tarde a todos. Pedro



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

Fernandes Costa Gaeta — meu nome civil —, hoje conhecido como Babá Gaeta. Estou atualmente na presidência do Consea/MS, representando as comunidades tradicionais e os povos de matriz africana por meio do Axé Nascente, além da Federação dos Cultos Afro-Brasileiros e Ameríndios do Estado de Mato Grosso do Sul (Fecams). Antes de tudo, gostaria de cumprimentar a Mesa. A Enilda, parceira que está sempre conosco nas reuniões; a Osvaldinete, que esteve comigo em Brasília durante a Conferência Nacional; o vereador Jean; o Anderson, que também integra o nosso Conselho como conselheiro governamental; e o deputado Pedro Kemp, pela oportunidade de estarmos aqui. Por intermédio deles, cumprimento todos os integrantes da Mesa e também todos vocês presentes. Fazendo um breve resgate, deputado, em 2023 o Conselho Nacional foi reativado, sob a presidência de Elisabetta Recine, que vem realizando um trabalho formidável à frente do Consea Nacional. Esse trabalho tem possibilitado que consigamos atuar de forma mais efetiva em nossos estados, territórios e municípios. Dentro desse processo, tivemos uma participação muito importante. No dia 12 de maio, realizamos a Conferência Estadual e, nos dias 8, 9 e 10 de junho, participamos da Conferência Nacional, da qual retornamos há poucos dias. Na Conferência Nacional foi apresentado o 3º Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado a partir de uma compilação regional, considerando as particularidades de cada território: Centro-Oeste, Sul, Nordeste, Sudeste e Norte. As estratégias foram organizadas de forma regionalizada para otimizar os trabalhos da conferência. Graças a Deus e aos Orixás, foi uma conferência muito produtiva, marcada por grande disposição e comprometimento. Mais adiante apresentaremos alguns dados que consideramos importantes. Adiantando algumas informações, nosso estado é composto por setenta e nove municípios, e precisamos avançar tanto na implantação dos Conseas quanto das Caisans. Desses setenta e nove municípios, conseguimos encaminhar esse trabalho para trinta, e, entre eles, nove já aderiram ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Essa adesão é extremamente importante. Não basta apenas constituir o Conselho e a Caisan; é fundamental aderir ao PAA para fortalecer e desenvolver as políticas públicas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Como o deputado destacou, estamos falando do direito humano à alimentação adequada, da comida de verdade e da melhoria dos nossos indicadores de desenvolvimento humano. Para concluir, quero dizer que agora temos uma importante Frente Parlamentar constituída, sob sua coordenação, deputado. E basta nos chamar que estaremos presentes para contribuir com esse trabalho.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado, Pedro. Passo agora a palavra, para sua saudação, ao senhor Anderson Holsbach, nutricionista e doutorando em Saúde e Desenvolvimento pela UFMS.

SENHOR ANDERSON HOLSBACH (conselheiro estadual do Consea/MS) — Boa tarde. Primeiramente, cumprimento todas as pessoas presentes, o deputado Pedro Kemp, a professora Osvaldinete, a Enilda e todos os demais participantes. É importante que tenhamos cada vez mais pessoas reunidas e comprometidas, inclusive cobrando e provocando para que as ações aconteçam. Quero cumprimentar o senhor Pedro, presidente do Conselho, o vereador Jean, representando a Câmara Municipal, e dizer que é uma



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

satisfação estar aqui representando o Governo do Estado neste momento. Agradeço o convite feito pelo Paulo. Embora a Frente Parlamentar tenha origem no Poder Legislativo, como o próprio deputado Pedro Kemp mencionou, a intenção é que ela não seja composta apenas por parlamentares. E hoje vemos exatamente isso: um grupo bastante heterogêneo. Temos representantes dos governos estadual e municipal, dos Poderes Executivo e Legislativo, além de entidades e instâncias de controle social. Na área da saúde, por exemplo, não caminhamos sem o Conselho Estadual de Saúde. Precisamos, a todo momento, prestar contas e contar com esse aval. A questão da segurança alimentar e nutricional funciona da mesma forma junto ao Consea. Esses espaços de encontro com a sociedade civil são fundamentais para que possamos construir políticas públicas de forma conjunta, pautadas naquilo que atende diretamente à realidade da população sul-mato-grossense. Quero reconhecer o trabalho da Euzenir, representando a Saúde Indígena; da Tereza, da Caisan de Campo Grande; da Andressa, à frente da Caisan Estadual; entre outros colegas, como a Marisa, da Coordenadoria de Promoção da Saúde da Secretaria de Estado de Saúde; o Gabriel, que representa a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável e que também teve participação muito importante junto à Frente Parlamentar em 2019; e a professora Deise, da UFMS. Hoje estamos reunidos em um grupo bastante diverso, e que possamos continuar assim, porque somente dessa forma conseguiremos atingir os objetivos da Frente Parlamentar e, de fato, enfrentar e superar cada vez mais a insegurança alimentar no Estado de Mato Grosso do Sul. Vou ser breve. Daqui a pouco terei a oportunidade de contar um pouco mais sobre a história e as ações que estamos desenvolvendo. Desejo vida longa a esta Frente Parlamentar e reafirmo que o Governo do Estado está à disposição para o diálogo.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Muito obrigado, Anderson. E, para encerrar esta sequência de saudações, passo a palavra ao vereador Jean Ferreira.

VEREADOR JEAN FERREIRA - PT (Campo Grande) — Boa tarde a todos. Quero, primeiramente, parabenizar o deputado Pedro Kemp pela articulação e pela construção que possibilitaram a reativação desta Frente Parlamentar. Quero cumprimentar também, na pessoa do Anderson, o Conselho, e, na sua pessoa, todos os presentes. Agradeço a presença de todos e também daqueles que nos acompanham pelos canais da Assembleia Legislativa. Pedro, quando falamos em segurança alimentar e nutricional, sempre me lembro daquela música do Caetano: “Gente é para brilhar, não para morrer de fome”. E, para que as pessoas possam brilhar, elas precisam se alimentar. Quando se nega um direito fundamental, como o direito à alimentação, também se negam outros direitos. Para que as crianças possam estudar, precisam de alimentação. Para que as pessoas possam trabalhar, precisam de alimentação saudável. Para que tenham acesso à saúde, também precisam de alimentação saudável. Quando pensamos em dignidade humana, não há como deixar de pensar na permanência e na garantia de uma política de segurança alimentar e nutricional construída de forma a promover a emancipação do ser humano, a emancipação do povo brasileiro. Quando olhamos para Mato Grosso do Sul e vemos que nosso estado está entre os maiores exportadores de commodities do país, sendo um dos

maiores exportadores de carne, soja e proteína animal, enquanto milhões de pessoas ainda enfrentam a fome, percebemos a dimensão desse desafio. Embora o Brasil tenha saído do mapa da fome, muitas pessoas ainda vivem em situação de miséria. Por isso, entendemos que essa questão não se limita à produção de alimentos. Trata-se também de uma questão territorial. Quando Chico Mendes dizia que a luta ambiental, sem a luta de classes, se transforma apenas em jardinagem, chamava a atenção para a necessidade de enfrentar as desigualdades estruturais. A questão territorial é fundamental para pensarmos um Brasil mais justo, mais digno e mais equânime. Pensar a segurança alimentar é garantir, por meio de políticas públicas justas, não apenas a distribuição de renda, mas também a distribuição da terra, a garantia dos territórios indígenas, dos territórios quilombolas, a reforma agrária e o fortalecimento da agricultura familiar. É a agricultura familiar que coloca alimento e abastece a mesa das famílias brasileiras. Enquanto isso, grande parte do agronegócio está voltada para a exportação, lucrando conforme as oscilações do mercado internacional. Quando o dólar sobe, torna-se mais atrativo exportar, o que acaba encarecendo os alimentos para os consumidores e para as famílias brasileiras. Assim, a lógica predominante em nosso país ainda é marcada pela concentração de renda e de terra, o que contribui para agravar a insegurança alimentar. Por isso, quero mais uma vez parabenizá-lo, Pedro Kemp, por esta iniciativa e dizer que nós, da Câmara Municipal, estamos à disposição para contribuir. Sempre tive o sonho de que Campo Grande fosse — e tem todas as condições de ser — a primeira capital do Brasil a sair totalmente do mapa da fome, porque nós temos terras férteis para isso, nós temos mecanismos para fazer isso, mas precisamos de vontade política e muita luta. Obrigado, deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Agradeço a participação do vereador Jean Ferreira. Agora passaremos às falas dos nossos convidados. Gostaria de lembrar, mais uma vez, que, após as exposições, abriremos a palavra às pessoas que desejarem se manifestar. Os interessados poderão se inscrever junto ao nosso cerimonial. Iniciaremos com a participação da doutora Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que abordará o tema “Avanços e desafios da segurança alimentar e nutricional em Mato Grosso do Sul”.

SENHORA OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA (presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) — Eu gostaria de agradecer a oportunidade e dizer que preparei uma breve apresentação, bem rápida, para relembrarmos alguns dos grandes avanços que tivemos na área da segurança alimentar e nutricional. É importante recordarmos o nosso Sisan. Por isso, organizei alguns pontos para alinhamento, pois pode haver pessoas que não estejam tão familiarizadas com alguns dos termos que utilizamos. [Início da apresentação de eslaides]. Gostaria de começar falando um pouco sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Em 2006, o Brasil optou por construir um sistema capaz de organizar as políticas, ações e programas de segurança alimentar de forma mais articulada. Até então, existiam iniciativas de combate à fome, mas eram ações pontuais e isoladas. O Sisan surgiu justamente para promover essa articulação e integração entre as diferentes políticas públicas. É importante lembrar, deputado, que esse

sistema foi construído com base em duas perspectivas fundamentais. A primeira é o Direito Humano à Alimentação Adequada, compreendendo que a alimentação é um direito e não um privilégio. O alimento não é mercadoria; a alimentação é um direito de todos. Aproveito para destacar que, neste ano, estamos comemorando vinte anos do Sisan. Na semana passada, Pedro, tivemos a oportunidade de estar em Brasília participando das celebrações dos vinte anos do Sistema. Houve um evento com a presença da primeira-dama Janja, em que foi relembrada toda a trajetória do Sisan e a importância desse processo para o país. Quando o Sisan foi criado, em 2006, o direito à alimentação ainda não constava expressamente na Constituição Federal. Esse direito só foi incorporado em 2010, por meio da Emenda Constitucional nº 64, passando a integrar o artigo 6º, entre os direitos sociais. No entanto, o Sisan já havia sido estruturado com base nesse princípio, o que demonstra a importância desse pressuposto desde a sua origem. Ao longo desses vinte anos, de 2006 a 2026, tivemos avanços significativos, mas também enfrentamos retrocessos. É importante lembrar que os direitos conquistados e os avanços alcançados não são permanentes. Quando falamos desses vinte anos, também recordamos os períodos de desmonte das políticas públicas e os retrocessos enfrentados. Isso nos alerta para a necessidade de vigilância permanente, pois os avanços estão sempre sujeitos a ameaças. Por isso apresentei esses eslaides, para que possamos lembrar a importância dos vinte anos do Sisan. Mas, afinal, o que é o Sisan? Como mencionei, ele foi construído com base em duas perspectivas fundamentais. A primeira é o Direito Humano à Alimentação Adequada. A segunda é o conceito ampliado de Segurança Alimentar e Nutricional. Esse conceito compreende a segurança alimentar e nutricional como a garantia de acesso físico e financeiro aos alimentos, assegurando que sejam alimentos de qualidade, obtidos de forma digna, em quantidade suficiente e de maneira regular e permanente, sem comprometer outras necessidades essenciais das pessoas. Esse é um conceito amplo que nos ajuda a compreender o que é a segurança alimentar e nutricional. O Sisan foi construído justamente com base nessas duas perspectivas que mencionei: o Direito Humano à Alimentação Adequada e o conceito ampliado de Segurança Alimentar e Nutricional. Também é importante lembrar, para aqueles que não estão tão habituados com o tema, como se dá a composição do Sisan. Para existir, o sistema precisa contar com a Caisan, que é o órgão governamental responsável pela gestão, mas também precisa ter o Consea e o Comsan, que são instâncias de controle social, porque a participação social é uma das diretrizes mais importantes do Sisan. É por essa razão que estou aqui hoje, representando a sociedade civil. Esse sistema é, provavelmente, o mais intersetorial que temos no país, talvez até mais do que o SUS. O SUS trabalha com a intersetorialidade, o Suas também, mas o Sisan é, sem dúvida, um dos sistemas mais interssetoriais que possuímos. Por isso, a intersetorialidade e a participação social são diretrizes fundamentais e inegociáveis dentro desse sistema. O Sisan também trabalha na perspectiva dos entes federados. Estados e municípios precisam aderir ao sistema para que possam desenvolver, com eficiência e eficácia, suas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Além da Caisan e do Consea, fazem parte da estrutura do sistema as conferências e os planos de segurança alimentar e nutricional, que funcionam como documentos orientadores das ações desenvolvidas. Faça esse resgate apenas para alinharmos esses conceitos. Não podemos

deixar de falar também dos resultados alcançados ao longo desses vinte anos do Sisan. O Brasil conseguiu sair do mapa da fome por duas vezes nesse período. Atualmente, estes são os dados mais recentes do mapa da fome. A FAO publica anualmente o relatório que conhecemos como Sofi — o Relatório sobre o Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo — e é a partir dele que se elabora o mapa da fome. Os países destacados em vermelho e alaranjado são aqueles com maiores índices de subnutrição. Se observarmos os dados do Brasil, veremos que o país está atualmente com índice inferior a 2,5% da população em situação de subnutrição. A subnutrição é o indicador utilizado pela FAO para compor o mapa da fome. Esse indicador é um pouco diferente daquele que utilizamos no Brasil, mas o apresento aqui para que possamos comparar os dados e compreender melhor os avanços alcançados. Observando a série histórica, verificamos uma redução muito significativa da insegurança alimentar grave — que, na metodologia da FAO, corresponde à subnutrição. Entre 2013 e 2014, o Brasil alcançou índices inferiores a 2,5%, condição que caracteriza a saída do mapa da fome. A primeira vez que o Brasil saiu do mapa da fome ocorreu em 2014, resultado de um processo iniciado nos anos anteriores. Permanecemos fora desse cenário até 2019. Entretanto, entre 2020 e 2022, com o advento da pandemia e o desmonte de diversas políticas sociais e de segurança alimentar, voltamos ao mapa da fome. O próprio Sisan sofreu um processo de enfraquecimento nesse período, pois ele só funciona plenamente quando conta com a atuação articulada da Caisan, do Consea e das conferências. Entre 2019 e 2022, não tivemos o funcionamento do Consea Nacional e tampouco a realização da Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Aproveito para parabenizar o Consea Estadual, que continuou funcionando, ainda que de forma bastante precária, graças ao esforço e ao comprometimento das pessoas engajadas nessa luta. Com a recomposição do Sisan em 2023, a reativação do Consea Nacional e a retomada das políticas públicas, os índices de subnutrição voltaram a cair para patamares inferiores a 2,5%. Dessa forma, o Brasil saiu novamente do mapa da fome. Esse é um resultado importante, que merece ser lembrado e celebrado. No Brasil, utilizamos a Ebia para medir a insegurança alimentar e nutricional. Coloquei esse conceito aqui para alinharmos também esse entendimento. A Ebia é a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar e avalia diferentes níveis de acesso aos alimentos. A segurança alimentar ocorre quando a família possui acesso regular e permanente a alimentos em quantidade e qualidade suficientes. A insegurança alimentar leve acontece quando a família passa a conviver com a preocupação ou o medo de faltar alimento, quando não tem certeza de que terá recurso suficiente para comprar alimentos até o final do mês. Quando a família passa a conviver com essa incerteza, já estamos diante de uma situação de insegurança alimentar leve. Ela também pode se manifestar quando a família começa a reduzir a qualidade da alimentação consumida. A insegurança alimentar moderada ocorre quando já existe restrição alimentar. É aquela situação, muitas vezes comum em famílias de baixa renda, em que os adultos passam a comer menos para garantir que as crianças permaneçam bem alimentadas. Nesse caso, há uma restrição alimentar dos adultos e uma redução da qualidade da dieta da família. Já a insegurança alimentar grave ocorre quando há restrição para todos os membros da família, tanto em relação à qualidade quanto à quantidade dos alimentos consumidos. É dessa forma que medimos a insegurança alimentar no Brasil.

Temos também a evolução da insegurança alimentar ao longo dos anos. Esse gráfico apresenta dados provenientes das grandes pesquisas nacionais, como as Pnads, realizadas pelo IBGE, tanto as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios quanto as Pesquisas de Orçamentos Familiares (POF), que monitoram a insegurança alimentar. Observando os números, vemos que, em 2004, a insegurança alimentar grave atingia 6,9% da população. Já em 2024, no levantamento mais recente, esse percentual caiu para 3,2%. É um valor um pouco acima dos 2,5% utilizados pela FAO como referência para o mapa da fome, mas isso ocorre porque os indicadores utilizados são diferentes. Ainda assim, verificamos uma grande evolução e uma redução significativa da insegurança alimentar grave e da insegurança alimentar em todos os seus níveis no Brasil. Eu trouxe esse gráfico para relembrarmos essa trajetória. Se analisarmos a evolução desde 2004, veremos que a primeira linha representa a segurança alimentar e a linha alaranjada representa a insegurança alimentar total. Em 2004, tínhamos cerca de 36% da população em situação de insegurança alimentar total. Esse índice atingiu seu menor patamar em 2013, justamente o período em que o Brasil saiu do mapa da fome. Naquele ano, a insegurança alimentar total apresentou forte redução e a insegurança alimentar grave ficou em torno de 4,2%, representando as pessoas efetivamente em situação de fome. A partir de 2018, no entanto, os números começaram a se inverter. Se observarem a curva, perceberão que ela volta a crescer gradativamente. Entre 2020 e 2022, ocorreu o pico desse processo, quando alcançamos aproximadamente 62% da população em algum grau de insegurança alimentar e nutricional. Foi o período de maior incidência da insegurança alimentar no país. Posteriormente, os índices voltaram a cair, chegando atualmente a cerca de 25% de insegurança alimentar total e aproximadamente 3% de insegurança alimentar grave. É muito importante lembrarmos que essa curva diminui ou aumenta conforme os rumos das políticas públicas. Não foi apenas a pandemia, não é, deputado? Nós sabemos que não foi somente a pandemia. O direcionamento das políticas e a visão de mundo daqueles que tomam decisões têm impacto direto sobre os avanços ou retrocessos na área da segurança alimentar e nutricional. É importante reforçar esse aspecto. Outro dado que trouxe para relembrarmos é que os avanços nem sempre alcançam todas as pessoas da mesma forma. Não podemos esquecer que as desigualdades, infelizmente, permanecem. Os dados apresentados mostram as diferenças da insegurança alimentar entre pessoas brancas, pretas e pardas. Se observarem os números, verão que a insegurança alimentar total entre pessoas brancas é de 16,6%, enquanto entre pessoas pretas chega a 31%, praticamente o dobro. Esses são dados de 2024, provenientes da PNAD, nosso levantamento mais recente. Portanto, embora tenhamos avanços importantes, eles ainda ocorrem de forma desigual. Isso é fundamental quando pensamos em políticas públicas, porque elas precisam alcançar todas as pessoas. Eu trouxe alguns dados sobre Mato Grosso do Sul — posteriormente, o Pedro, que é presidente do Consea Estadual, apresentará informações mais detalhadas — onde também registramos avanços importantes no estado. Para contextualizar esses resultados, apresentei alguns dados comparativos com os indicadores nacionais. Segundo a PNAD, em 2024 Mato Grosso do Sul registrou 2,2% da população em situação de insegurança alimentar grave. Vale lembrar que, em 2018, de acordo com os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), esse percentual era de 4%. Ou seja, tínhamos

4% da população em situação de insegurança alimentar grave, que corresponde às pessoas com restrição alimentar e em situação de fome. Em 2022, durante a pandemia, esse índice chegou a 9%. Portanto, saímos de 4% em 2018 para 9% em 2022, mais do que dobrando o número de pessoas em situação de fome no estado. Em 2024, observamos novamente um avanço significativo, com a redução para 2,2%. Não digo “apenas” 2,2%, porque esse percentual ainda representa cerca de 64 mil pessoas passando fome em Mato Grosso do Sul. Trata-se de um número muito elevado, que exige atenção permanente da sociedade e do poder público. Mais uma vez, observamos que os avanços também ocorrem de forma desigual em nosso estado. Este gráfico, por exemplo, apresenta dados da insegurança alimentar entre a população indígena, especialmente entre os povos Guarani e Kaiowá. Utilizei essas informações do Terceiro Plano Estadual. Se observarem o último indicador, representado pela cor verde, ele corresponde à segurança alimentar. Ao analisarmos os diferentes territórios, verificamos índices muito baixos de segurança alimentar entre as comunidades Guarani e Kaiowá. Em alguns casos, como mostra o penúltimo dado apresentado, havia territórios com 100% da população em situação de insegurança alimentar. Isso demonstra que os avanços continuam sendo muito desiguais em nosso estado e que essa realidade também precisa ser observada e enfrentada pelo poder público. Além disso, tivemos diversos outros avanços decorrentes da recomposição de políticas e programas sociais. Não entrarei em detalhes porque acredito que o Pedro abordará esse tema mais adiante. Entre esses avanços está a recomposição do Programa Bolsa Família. Atualmente, temos cerca de duzentas mil famílias em Mato Grosso do Sul vinculadas ao programa. E aqui faço uma observação. Muitas vezes utilizamos a expressão “beneficiários do Bolsa Família”, mas eu não gosto desse termo, deputado. As pessoas inscritas no Programa Bolsa Família não são beneficiárias no sentido estrito da palavra, porque o Bolsa Família não é um programa de benefício; é um programa de garantia de direitos. Essas pessoas são sujeitos de direitos. O programa existe porque o poder público tem obrigações relacionadas ao direito humano à alimentação adequada. Quando falamos em direito humano à alimentação, é importante lembrar que o Estado possui diferentes níveis de obrigação. Ele deve promover, proteger, respeitar e prover esse direito. Assim, quando o Governo cria um programa de transferência de renda para evitar que as pessoas passem fome, está apenas cumprindo seu dever de prover condições mínimas de dignidade à população. Por isso, considero mais adequado afirmar que essas pessoas são portadoras de direitos, enquanto o Estado é portador de obrigações em relação a elas. Atualmente, portanto, temos mais de duzentas mil famílias inscritas no Programa Bolsa Família. Às vezes observamos que apenas 2,2% da população está em situação de insegurança alimentar grave e podemos considerar esse percentual pequeno, no entanto, ele continua sendo elevado. O ideal seria que não precisássemos de programas de transferência de renda e que nenhuma família dependesse desse tipo de política para garantir sua alimentação. Outro avanço importante registrado no estado foi o aumento do rendimento médio da população. Tanto o Brasil quanto Mato Grosso do Sul apresentaram avanços significativos em relação à renda e à redução da pobreza. Houve um crescimento do rendimento médio real da população ocupada no estado. Em 2011, período que serviu de base para a elaboração do primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional,

concluído em 2013, o rendimento médio real da população era de aproximadamente R\$ 1.432,00. Hoje, de acordo com os dados mais recentes do IBGE, referentes a 2024, esse rendimento alcançou R\$ 3.383,00, portanto, houve um aumento real expressivo da renda per capita média e do Índice de Gini, que mede a desigualdade. O Brasil ocupa atualmente a oitava posição em rendimento médio. Outro dado importante é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que também apresentou crescimento tanto no Brasil quanto em Mato Grosso do Sul. O Brasil passou a figurar na faixa de IDHM muito alto, alcançando índice superior a 0,800. Mato Grosso do Sul, por sua vez, passou de um índice na faixa de 0,600, no ano 2000, para 0,700, sendo atualmente classificado como de alto desenvolvimento humano. É importante lembrar que esse indicador avalia renda, educação e longevidade, sendo utilizado para medir a qualidade de vida da população. Portanto, tivemos um avanço importante, que naturalmente reflete na melhoria das condições de vida das pessoas. O Brasil alcançou pela primeira vez a classificação de desenvolvimento humano muito alto. É um avanço que merece ser comemorado. Mato Grosso do Sul ainda não atingiu essa faixa, permanecendo no nível alto, mas quem sabe em breve também alcançaremos o índice superior a 0,800. Tivemos ainda uma importante redução da pobreza em Mato Grosso do Sul. Trouxe alguns dados referentes ao período de 2010 a 2024. Se observarmos os números, veremos que a extrema pobreza era de 3,6% em 2010 e passou para 1% em 2024. Trata-se de um avanço significativo, especialmente porque sabemos que o acesso à alimentação está diretamente relacionado às condições de pobreza, portanto, não podemos deixar de reconhecer esse progresso. Também apresentei dados para lembrar que os avanços continuam ocorrendo de forma desigual. Se observarem o quadro destacado em vermelho, referente à renda per capita em Mato Grosso do Sul, no ano de 2024, a renda média das pessoas brancas era de R\$ 1.165,00, enquanto a das pessoas negras era de R\$ 779,00. Portanto, é fundamental lembrar que os avanços precisam ser analisados também sob a perspectiva das desigualdades. Outro avanço importante que destaquei foi a construção da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada em 2011. Tivemos o privilégio de participar desse processo. Eu me recordo de que eu e a Marina nos sentamos diante do computador para elaborar a minuta da política, que posteriormente foi aprovada pelo Consea e pela Caisan Estadual. Naquela época, nós integrávamos o Consea. Você também participava, não é? Tivemos ainda o privilégio de aprovar essa política durante a Conferência Estadual de 2011, com a presença do governador. Posteriormente, em 2013, elaboramos o primeiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Agora, mais recentemente, o Consea Estadual aprovou o segundo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Esses são marcos regulatórios extremamente importantes para Mato Grosso do Sul e que precisam ser efetivamente implementados. Diante desse contexto, apresentei também alguns desafios. Vou apenas mencioná-los rapidamente, deputado, porque meu tempo já está se encerrando. No entanto, considero importante trazê-los para estimular o debate que faremos em seguida. São desafios que observo enquanto representante da sociedade civil e militante dessa área, além de constarem, em grande medida, no terceiro Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado pelo Consea. O primeiro deles é o fortalecimento do Sisan Estadual. O que isso significa? Significa fortalecer a estrutura da política estadual de segurança

alimentar e nutricional. Embora já tenhamos uma política instituída, ela precisa ser implementada efetivamente. Para isso, é necessário apoio financeiro e técnico para garantir o funcionamento do sistema. O Consea, a Caisan e todas as instâncias que compõem o Sisan Estadual precisam de financiamento adequado para desempenhar suas funções. Outro desafio é a mobilização dos municípios. Como o Pedro mencionou, cerca de trinta municípios já aderiram ao Sisan, o que representa um número significativo, mas ainda inferior à metade dos municípios do estado. Quando o município não adere ao sistema, ele deixa de ter condições de implementar diversos programas e ações vinculados ao Sisan. Também é necessária a capacitação permanente dos membros das Caisans e dos Conseas, tanto em nível estadual quanto municipal. Outro ponto fundamental é sensibilizar a sociedade e as entidades para participarem das instâncias de controle social, ampliando o conhecimento sobre o Direito Humano à Alimentação Adequada e sobre a própria política de segurança alimentar e nutricional. Há ainda um desafio extremamente importante: ampliar o acesso a alimentos saudáveis. Nesse sentido, destaquei algumas ações necessárias, como o mapeamento dos ambientes alimentares nos municípios, identificando os chamados desertos alimentares e pântanos alimentares. É fundamental que os municípios identifiquem os territórios mais vulneráveis e que demandam maior atuação do poder público. Também é necessário ampliar a oferta de alimentos saudáveis por meio de feiras livres, hortas comunitárias, hortas domiciliares, hortas escolares, ampliar os equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional, fortalecendo as cozinhas comunitárias, os bancos de alimentos e implantando um restaurante popular em Campo Grande. Essa é uma necessidade urgente. Há muito tempo estamos tentando viabilizar esse projeto. Já realizamos diversas campanhas e participamos de inúmeras reuniões sobre o tema. Deputado, essa é uma demanda importante que queremos trazer novamente e retomar com prioridade. O projeto do restaurante popular já esteve nas mãos do governador na gestão passada, e queremos muito retomar essa luta. Outro ponto importante é a regulamentação e a implementação do Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana, uma estratégia fundamental para ampliar a oferta de alimentos saudáveis. Também destaco como desafio o enfrentamento da obesidade, entendida como outra forma de manifestação da insegurança alimentar. Nesse sentido, é necessária a implementação da linha de cuidado para pessoas com sobrepeso e obesidade, trabalho que já contou com a participação da Secretaria de Estado de Saúde, por intermédio do Anderson. Essa linha precisa ser efetivamente implementada para promover ações voltadas à saúde, à alimentação saudável e à prática regular de atividade física. Outro desafio é a regulamentação da publicidade e da propaganda de alimentos não saudáveis. Destaco ainda a necessidade de fortalecimento do Programa Saúde na Escola, que integra as áreas da saúde e da educação para desenvolver ações educativas desde a infância. O ideal é que essas ações contem com profissionais qualificados, como nutricionistas e educadores físicos, atuando diretamente nas escolas. Também é necessário ampliar o quadro técnico de nutricionistas no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da rede estadual. Atualmente, o quadro existente é insuficiente para desenvolver ações de educação alimentar e nutricional nas escolas, por isso, precisamos ampliar o número de profissionais qualificados para essa atuação. Outro ponto fundamental é a regulamentação da

comercialização de alimentos nas escolas. Nesse aspecto, gostaria de reforçar uma questão específica. Um desafio extremamente importante é a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. Hoje o Brasil já conta com o Decreto nº 11.821/2023, que estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas e recomenda que estados e municípios regulamentem essas diretrizes por meio de legislações próprias. Na semana passada, durante os eventos realizados em Brasília relacionados à 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2 (6ª Cesan +2), foi apresentado um levantamento demonstrando que já existem iniciativas concretas nessa direção. Atualmente, há leis e decretos estaduais e municipais regulamentando a matéria. Citei, inclusive, o exemplo do Ceará, que já possui legislação específica aprovada. Gostaria de sugerir que Mato Grosso do Sul utilize essas experiências como referência e se inspire nos estados que já conseguiram avançar nessa regulamentação, pois precisamos urgentemente de uma legislação semelhante. É claro que, quando falamos em regulamentação, também precisamos pensar em mecanismos capazes de mitigar a influência dos grupos econômicos e dos interesses comerciais que atuam por meio de lobby junto aos poderes públicos. Somente assim conseguiremos aprovar e implementar leis efetivas. Essa é uma demanda muito importante. Outro grande desafio é a estruturação e o fortalecimento da agricultura familiar, que representa um dos pilares da segurança alimentar. Precisamos investir na formação e capacitação dos agricultores, criar mecanismos de combate ao desperdício de alimentos em toda a cadeia alimentar e ampliar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), fortalecendo e apoiando os municípios e os agricultores para que possam acessar tanto os recursos do Pronaf quanto os projetos vinculados ao próprio PAA. Também é necessário apoiar os municípios na ampliação das compras institucionais. Essa é uma questão sobre a qual não tenho dados atualizados. Talvez o Pedro possa trazer algumas informações posteriormente. Além das compras realizadas pelo PNAE, que sabemos que evoluíram bastante — se não me engano, já ultrapassamos 45% de aquisição da agricultura familiar no estado —, existem outras possibilidades de compras institucionais. Hospitais, presídios e demais instituições públicas podem e devem adquirir alimentos da agricultura familiar. Por isso, o Estado precisa apoiar os municípios para que conheçam os mecanismos de acesso a essas modalidades de compra, fortalecendo assim a agricultura familiar local. Também é importante ampliar a estrutura dos bancos de alimentos e implementar uma unidade da Ceasa em Dourados, demanda histórica e importante para o estado. Por fim, é necessário ampliar o apoio técnico e a infraestrutura destinados à agricultura familiar, criando espaços adequados de comercialização para a fruticultura e a horticultura. Essas são algumas das demandas que, enquanto representante da sociedade civil, considero importantes e gostaria de trazer para contribuir com o nosso debate. Gostaria de encerrar com a seguinte reflexão: “Direitos conquistados precisam ser garantidos e protegidos”. Precisamos estar atentos, porque nem sempre o fato de já terem sido conquistados significa que serão mantidos, então estão sempre em risco. Então, vamos juntos proteger o direito humano à alimentação. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado, Osvaldinete, pela brilhante apresentação. Você nos trouxe um panorama geral muito importante. Anotei aqui duas frases impactantes da sua fala. A primeira: “Alimento não é mercadoria, é um direito de todas as pessoas”. A segunda: “Direitos conquistados não são permanentes”. Às vezes pensamos que, uma vez conquistado determinado direito, especialmente quando ele está previsto na Constituição ou na legislação, ele está garantido para sempre. Mas isso não é verdade. Muitas vezes precisamos nos mobilizar para assegurar que esses direitos continuem sendo efetivamente respeitados e preservados. Também me interessei muito pelo projeto que você apresentou sobre a alimentação escolar no Ceará. Aproveito para convidar o vereador Jean para pensarmos em iniciativas semelhantes, tanto na Assembleia Legislativa quanto na Câmara Municipal de Campo Grande. Pretendo tomar a iniciativa e, depois, podemos trocar informações para construirmos algo em conjunto. A Osvaldinete estava me lembrando aqui que encaminhou alguns projetos ao saudoso deputado Cabo Almi e, depois, ele faleceu. Em seguida, encaminhou projetos ao saudoso deputado Amarildo Cruz, que também veio a falecer. Então, eu não quero que você me entregue nenhum projeto. Eu mesmo vou tomar a iniciativa de elaborar as propostas, mas não quero recebê-las diretamente de você, porque pretendo viver um pouco mais. Aproveito para abrir um parêntese e prestar uma homenagem a esses dois grandes parlamentares que tivemos nesta Assembleia Legislativa. Lamentamos profundamente a perda desses companheiros. O Cabo Almi faleceu durante a pandemia. Ele tinha algumas comorbidades e, inclusive, um dia antes de receber o diagnóstico de Covid-19, passou em meu gabinete. Costumo dizer que foi uma despedida. Na ocasião, comentou comigo: “Rapaz, tenho muito medo de pegar esse vírus, porque tenho diabetes, pressão alta e outros problemas de saúde”. Infelizmente, depois aconteceu aquela fatalidade. O Amarildo Cruz também nos deixou de forma muito rápida. Passou mal aqui na Assembleia, foi encaminhado ao hospital e, poucos dias depois, cerca de três ou quatro dias, veio a falecer. Ambos realizaram um grande trabalho nesta Casa e deixaram importantes contribuições. Vamos dar continuidade a esse legado, em memória desses companheiros. Agora ouviremos a exposição do Anderson. Em seguida, abriremos a palavra para todos aqueles que desejarem participar. Anderson, a palavra está com você. Você dispõe de dez minutos.

SENHOR ANDERSON HOLSBACH (conselheiro estadual do Consea/MS) — Não será exatamente uma palestra. O Paulo me atribuiu a tarefa de fazer um resgate das ações da Frente Parlamentar ao longo desses anos. Vou tentar contar um pouco da história do que vivemos nesse período e da experiência de alguém que, representando o Governo, acompanhou todo o trabalho desenvolvido pela Frente Parlamentar. Antes disso, porém, se me permite, deputado, gostaria também de fazer uma referência aos deputados Cabo Almi, João Grandão e Amarildo Cruz, pelos trabalhos que realizaram. Faço uma menção especial ao saudoso deputado Cabo Almi, que era amigo pessoal do meu pai desde a década de 1980. Por isso, estar aqui hoje, participando deste momento com todos vocês, tem um significado muito especial para mim, tanto no aspecto pessoal quanto profissional. Também agradeço ao Paulo pelo convite e pelo reconhecimento do trabalho desenvolvido por aqueles que acompanharam essa trajetória dentro do Governo. É uma satisfação poder

compartilhar um pouco do que foi construído ao longo desse período. Não vou me deter nos dados, porque a professora Osvaldinete já os apresentou de forma brilhante, mas gostaria de destacar que, durante toda a trajetória da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional, as pessoas que compuseram esse espaço sempre pautaram suas ações na ciência e nas evidências. Aquele grupo heterogêneo que mencionei anteriormente sempre foi uma marca da Frente Parlamentar. Reuníamos representantes do Governo, da sociedade civil, de diferentes organizações e instituições, todos comprometidos em construir propostas fundamentadas nas melhores evidências e nos melhores indicadores disponíveis, justamente para que a Frente Parlamentar possa planejar adequadamente suas ações. Uma dessas frentes de atuação foi a realização de uma audiência pública voltada ao enfrentamento da obesidade infantil. Naquele período, discutia-se intensamente essa questão. O Ministério da Saúde desenvolvia duas iniciativas específicas: o Programa Crescer Saudável e o Programa Proteja, ambos reconhecendo a obesidade como uma condição crônica que exigia atenção especial em Mato Grosso do Sul; e a questão da obesidade infantil, que crescia em velocidade até três vezes maior do que a obesidade entre adultos. Por isso, realizamos nesta Casa uma audiência pública para discutir o cenário e, principalmente, propor medidas para mitigar e conter o avanço da obesidade infantil. Outro tema amplamente debatido pela Frente Parlamentar foi a questão dos projetos de lei relacionados às cantinas escolares. Esse assunto foi pautado pelo menos duas vezes. Vale destacar que aquilo que chamávamos de “lei das cantinas escolares” hoje ganhou uma nova nomenclatura: “lei de promoção de ambientes alimentares saudáveis”. Ou seja, não estamos mais discutindo apenas a cantina escolar, mas todo o ambiente da escola. Naquela época, o debate estava centrado na comercialização de alimentos ultraprocessados nas cantinas e nos conflitos que isso gerava com os objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Atualmente, a discussão foi ampliada. Não se trata apenas do comércio de alimentos dentro das escolas, mas também das atividades e do ambiente existente em seu entorno, e precisamos ampliar esse debate. A Frente Parlamentar também abraçou a pauta dos restaurantes populares. Aproveitando uma oportunidade que se apresentava naquele momento, incorporou a demanda defendida pela sociedade civil, especialmente durante o período da pandemia. Entendíamos que Campo Grande precisava contar com um restaurante popular, já que, de acordo com os levantamentos realizados à época, era a única capital brasileira que não possuía esse equipamento público. De lá para cá, algumas coisas mudaram, como já destacaram a professora Osvaldinete e o deputado Pedro Kemp. Tivemos uma mudança de cenário. Hoje observamos, por parte do Governo Federal, um incentivo maior às cozinhas solidárias. Temos visto a publicação de diversos editais voltados a esse tipo de iniciativa. Reconheço a importância dos restaurantes populares e considero que eles continuam sendo equipamentos fundamentais, mas é importante observar que o Governo Federal tem direcionado mais recursos para as cozinhas solidárias. Talvez isso sinalize um caminho que também devemos considerar, estimulando os municípios a aderirem a esses editais sempre que forem disponibilizados. A professora Osvaldinete também mencionou que, naquele período, discutíamos muito a questão da fome. Quando a Frente Parlamentar foi reativada, entre 2019 e 2020, os indicadores eram extremamente preocupantes. Naquele contexto, discutíamos a necessidade urgente da

implantação de um restaurante popular, entretanto, o cenário mudou e os dados demonstram isso. Hoje Mato Grosso do Sul apresenta índices de insegurança alimentar inferiores à média nacional, o que nos coloca em uma situação relativamente mais favorável. Mas costumo lembrar de uma frase de uma colega de trabalho, que não é apenas uma colega, mas uma grande gestora, a Jeane. Ela sempre diz que, por melhores que sejam os indicadores, sempre haverá alguém que necessita de mais atenção. Por isso, mesmo quando falamos em 2% da população em situação de insegurança alimentar, estamos falando de muitas pessoas. São pessoas que precisam da nossa atenção e para as quais nossos olhares devem continuar voltados. Se podemos afirmar que a Frente Parlamentar deixou algum legado ao longo desse período de atuação conjunta entre diferentes instituições e organizações, um deles certamente foi a capacidade de manter viva essa articulação. O Consea permaneceu ativo durante todo esse período, como já foi mencionado, e isso precisa ser valorizado, mas também é importante reconhecer o papel da Caisan, a Câmara Intersectorial de Segurança Alimentar e Nutricional, que é o colegiado governamental responsável pela articulação das políticas públicas nessa área. A Caisan também permaneceu ativa e resistindo, mesmo em um período em que havia poucas referências e orientações por parte do Governo Federal. Por isso, Andressa, gostaria que você levasse nosso reconhecimento à Marcileia e à Vânia, que estiveram à frente desse trabalho e mantiveram essa agenda viva dentro da Caisan. Naquela época, quando a Frente Parlamentar estava em atividade, praticamente não tínhamos municípios que aderiram ao Sisan. Desde a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, hoje composto por setenta e nove municípios, como bem lembrou o senhor Pedro, apenas trinta possuem adesão ao sistema. Entretanto, quando iniciamos esse trabalho, eram apenas três municípios. Hoje são trinta. Houve, portanto, um crescimento muito expressivo. Esse número multiplicou-se por dez ao longo do período. Talvez esse seja um dos legados das discussões realizadas nesta Casa, que contribuíram para fomentar a importância da implementação do Sisan. Esse tema esteve presente de forma constante nos debates promovidos pela Frente Parlamentar. Além disso, a própria Secretaria de Estado de Saúde realizou, em 2024, um Seminário de Segurança Alimentar e Nutricional voltado à atenção às condições crônicas. Desse seminário resultou uma série de recomendações. Quem tiver interesse pode acessá-las pelo portal Nutrição MS. Basta pesquisar “Nutrição MS” que encontrará o site da área de Nutrição do Governo do Estado, onde estão disponíveis essas recomendações, bastante alinhadas às pautas e prioridades discutidas pela Frente Parlamentar. Também surgiu, nesse contexto, a construção do segundo Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado a partir das necessidades apontadas pela sociedade civil. O plano foi construído pela Caisan/MS, tendo o Consea como instância indutora e também responsável por contribuir com o monitoramento de sua execução. A execução, naturalmente, cabe ao Governo, mas é importante lembrar que ninguém caminha sozinho. Esta Frente Parlamentar terá um papel muito importante ao somar esforços e contribuir para que todas essas instâncias dialoguem cada vez mais entre si. Ainda sobre o Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, quero parabenizar o senhor Pedro, que esteve à frente do Consea durante esse período; a Andressa, pela condução da Caisan/MS; e também a Márcia Rate, a Marcileia e a Vânia, que desempenharam um trabalho brilhante na condução do processo

colaborativo de elaboração do nosso plano. Não posso fazer uma relação direta de causa e efeito, mas, ao analisar essa conjuntura, percebemos que a Frente Parlamentar contribuiu muito para que alcançássemos esses resultados. Também vivemos hoje um cenário um pouco mais favorável para a atuação da Frente Parlamentar. Como a professora Osvaldinete mencionou a Ebia, atualmente contamos também com a Tria, que é a Triagem de Risco para Insegurança Alimentar e Nutricional. Antes, essa identificação era realizada de forma isolada pelo Suas ou pela Estratégia Saúde da Família, no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Com o Plano Brasil Sem Fome, a Tria passou a integrar essas informações, permitindo diagnósticos mais precisos sobre a insegurança alimentar e nutricional em nossos territórios. Não pretendo me aprofundar na explicação da Tria neste momento, mas gostaria de destacar essa importante janela de oportunidade que temos atualmente. Também considero importante mencionar um exemplo positivo para o qual podemos olhar e buscar inspiração no enfrentamento da insegurança alimentar ainda existente em parte da população: a Estratégia Alimenta Cidades. Campo Grande aderiu à estratégia e, recentemente, houve sua ampliação por meio do Programa Alimenta Cidades. Em Mato Grosso do Sul, passamos de apenas um município participante, que era Campo Grande, para algo entre oito e onze municípios. Não me recordo exatamente do número neste momento, mas foi resultado de um grande esforço coletivo para ampliar essa adesão. A estratégia estimula ações relacionadas à agricultura urbana, promoção da alimentação adequada e saudável, educação alimentar e nutricional, regulamentação da publicidade de alimentos, entre outras iniciativas. Portanto, trata-se de uma política que vem promovendo importantes transformações no âmbito municipal e que pode servir de inspiração para os trabalhos desta Frente Parlamentar. Concluindo, quero destacar que a atuação da Frente Parlamentar sempre foi muito importante, sempre foi um espaço democrático, de diálogo e de construção coletiva. Quero agradecer pela oportunidade de participar deste momento e desejar vida longa a esta Frente Parlamentar e, pessoalmente, desejo vida longa ao Pedro também. Quem sabe agora, conseguindo colocar os projetos em prática, a situação mude. Mais uma vez, agradeço pela oportunidade de contribuir e coloco-me à disposição para continuarmos ampliando esse debate.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado, Anderson. O vereador Jean nos informou que precisará se ausentar em razão de outro compromisso, portanto, Jean, fique à vontade para seguir sua agenda. Agradeço a sua presença e participação nesta reunião.

VEREADOR JEAN FERREIRA - PT (Campo Grande) — Eu que agradeço, Pedro, pelo convite. Aproveito para cumprimentar o vereador Abílio, que está aqui representando as câmaras municipais e os municípios nesse importante debate.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Tudo bem. Agora vamos abrir a palavra para as pessoas que desejarem participar. Entretanto, creio que o Pedro já havia se inscrito para complementar algumas informações. Passo, então, a palavra ao Pedro, do Consea/MS.

SENHOR PEDRO FERNANDES COSTA GAETA (presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/MS) — Então vamos lá, deputado. Depois de todos os dados apresentados pela Osvaldinete e pelo Anderson, fica até difícil falar, porque eles já trouxeram informações muito importantes. O que conseguimos identificar, a partir de tudo o que foi apresentado, é que a fome tem cor, território e condição social. Trouxe alguns eslaides, mas vou procurar não me prender muito a eles. O material trata da construção do Terceiro Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, elaborado pelo Consea. Posteriormente, deixarei esse material à disposição do senhor, pois ele mostra todo o processo de construção do plano. Não vou entrar em muitos detalhes porque vários dados já foram apresentados tanto pela Osvaldinete quanto pelo Anderson. Gostaria apenas de complementar algumas informações. Com relação ao quadro de insegurança alimentar em Mato Grosso do Sul, os dados que temos atualmente indicam que 6,7% dos domicílios encontram-se em situação de vulnerabilidade alimentar quando consideradas todas as formas de insegurança alimentar. Isso representa uma estimativa de aproximadamente duzentos mil sul-mato-grossenses com algum tipo de restrição quantitativa no acesso aos alimentos, algo em torno de setenta mil a oitenta mil famílias, segundo dados da Pnad. Essa situação se distribui da seguinte forma: 4,1% dos domicílios encontram-se em situação de insegurança alimentar leve ou moderada e 2,6% em situação de insegurança alimentar grave. Portanto, estou apenas acrescentando alguns dados aos que já foram muito bem apresentados pela Osvaldinete. As informações que ela trouxe são técnicas, fundamentais e fornecem elementos importantes para que possamos argumentar e aprofundar esse debate. Entretanto, precisamos fazer alguns recortes dentro dessa realidade. Precisamos olhar de forma específica para os povos indígenas, comunidades quilombolas, povos tradicionais de matriz africana, agricultores familiares, população urbana periférica, mulheres chefes de família, crianças e idosos. Como a Osvaldinete destacou, existe a necessidade de institucionalização e fortalecimento do Sisan, porque ele é fundamental para essa construção. Por meio da Frente Parlamentar, acredito que podemos avançar no fortalecimento da Caisan — Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional —, garantir o funcionamento permanente do Consea e apoiar a adesão dos municípios ao Sisan, inclusive com a criação de instrumentos estaduais de monitoramento desse processo. Esses são alguns dos pontos que considere importantes destacar. Também precisamos avançar em propostas legislativas. Assim como a Osvaldinete apresentou algumas sugestões, gostaria de acrescentar a proposta de criação de um Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Trata-se de um fundo específico destinado ao financiamento de equipamentos públicos de alimentação, bancos de alimentos, cozinhas solidárias, agricultura familiar e também dos restaurantes populares. Como o Anderson comentou, existe uma grande necessidade, porque a gente tem um núcleo central, onde existe uma enorme vulnerabilidade alimentar, e temos também a população em situação de rua, que precisa ser contemplada com um olhar especial dentro dessas políticas. O Consea é composto por diversos segmentos organizados da sociedade civil. Temos representantes da população em situação de rua, pessoas com deficiência, mães atípicas, mães solo, comunidades tradicionais, entre outros grupos sociais. Todos esses segmentos precisam ser considerados na construção das políticas públicas. Também precisamos avançar na

criação de leis estaduais voltadas ao combate ao desperdício de alimentos, como destacou a Osvaldinete. É necessário incentivar a doação de alimentos próprios para o consumo, fortalecendo parcerias com supermercados, centrais de abastecimento e demais atores da cadeia alimentar. A Osvaldinete e eu temos, inclusive, o compromisso de realizar uma visita à Ceasa. Existe ali um grande potencial de reaproveitamento de alimentos. Muitas vezes, determinados produtos já não possuem condições adequadas para comercialização, mas continuam próprios para o consumo. Talvez possamos pensar em algum tipo de unidade de transformação ou processamento desses alimentos. Um tomate, por exemplo, que não possui mais padrão para ser vendido em uma banca, supermercado ou feira, ainda pode ser transformado em molho de tomate, tomate seco ou outros produtos processados. Precisamos discutir mecanismos para estruturar essa cadeia de aproveitamento. Também é importante promover a inserção transversal das políticas públicas e a valorização das culturas alimentares tradicionais. No caso dos povos indígenas, por exemplo, precisamos garantir segurança alimentar em seus territórios, acesso à água, apoio à produção tradicional de alimentos e uma alimentação escolar culturalmente adequada, respeitando seus hábitos e tradições alimentares, que são diferentes dos nossos. Com relação às comunidades quilombolas, é fundamental avançar na regularização territorial, na infraestrutura produtiva, na assistência técnica e na comercialização da produção. Como já foi dito aqui, o agronegócio produz commodities, o que é extremamente importante para a economia do país, para o PIB e para a balança comercial. Entretanto, quem coloca alimento na mesa da população é a agricultura familiar. É por meio da agricultura familiar que os alimentos chegam às famílias, seja por meio do PAA, do PNAE ou de outras políticas públicas. No caso dos povos de matriz africana, é necessário reconhecer os terreiros como espaços promotores de segurança alimentar. Isso porque também possuímos uma cultura alimentar própria e diferenciada. Se não houver políticas específicas voltadas para essa realidade, acabamos ampliando situações de insegurança alimentar. Por isso, precisamos apoiar hortas comunitárias e medicinais, combater o racismo religioso e ampliar a inclusão desses segmentos nos editais públicos. São diversas questões que exigem uma agenda pactuada. Precisamos construir uma agenda anual com metas de curto, médio e longo prazo. No curto prazo, podemos promover audiências públicas, atualizar os indicadores estaduais e fortalecer o Consea. No médio prazo, precisamos avançar na aprovação do Fundo Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, fortalecer a expansão do Sisan nos municípios e ampliar a interlocução institucional. Sem a implantação e o fortalecimento do Sisan, não conseguiremos consolidar todas essas ações. É por meio do Sisan que conseguimos estruturar, em todo o território, os conselhos, Caisans e os demais instrumentos necessários para a execução das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional. Nosso objetivo maior é a erradicação da fome extrema em Mato Grosso do Sul. Para isso, precisamos assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada, fortalecer o Sisan, garantir prioridade orçamentária para a Segurança Alimentar e Nutricional, proteger os povos e comunidades tradicionais, apoiar a agricultura familiar e a agroecologia e combater as desigualdades alimentares. Essas são algumas das demandas que trazemos para enriquecer o debate. Temos percorrido os territórios e acompanhado experiências importantes. Em Nioaque, por exemplo, juntamente com a Marina e a Carlinda, participamos

de uma feira solidária, uma iniciativa que pode ser ampliada e fortalecida. Também contamos com uma feira ligada à agricultura familiar, que está desativada — se não me engano, na Praça do Rádio Clube — e que pode voltar a funcionar, ampliando os espaços de comercialização para os agricultores. A Universidade Federal também criou um mercado, não é isso? Portanto, precisamos ocupar esses espaços para contribuir com a erradicação da fome. É por meio da articulação entre a sociedade civil, os órgãos públicos e as instituições governamentais que conseguimos avançar. Como mencionei anteriormente, retornamos recentemente de Brasília. Realizamos nossa Conferência Estadual, diversos municípios promoveram suas conferências municipais, participamos da etapa estadual e também da Conferência Nacional. Voltamos de lá com muito entusiasmo e disposição para colocar essas ações em prática. A Tereza sabe disso, porque estamos sempre em contato, dentro do possível, com a Caisan Campo Grande; a Marina e a Carlinda nos ajudam, acompanhando os trabalhos e as demandas nos territórios. Seguimos atuando na construção das Caisans e dos Conseas. Hoje temos trinta municípios aderidos ao sistema, mas nosso objetivo é alcançar os setenta e nove municípios do estado. E, se um dia existir um octogésimo município, faremos o mesmo trabalho. Precisamos percorrer o estado, fortalecer essa construção coletiva e ampliar a adesão dos municípios para que possamos erradicar a fome em Mato Grosso do Sul e garantir a segurança alimentar para toda a população. Precisamos manter essa atenção permanente. Como o Anderson destacou, muitas vezes as pessoas associam a obesidade apenas ao excesso de alimentação. No entanto, em muitos casos, ela está relacionada à alimentação inadequada, por isso, precisamos garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e promover o acesso a uma alimentação saudável e de qualidade para todos. É isso, deputado. Creio que já trouxemos muitas contribuições nesta apresentação. Os dados apresentados pelos dois colegas que me antecederam foram extremamente positivos e retratam de forma muito fiel a realidade do nosso estado. Vou deixar esta apresentação à disposição e também alguns outros dados que recebemos diretamente de Brasília, assim, o senhor terá mais elementos para estudar e construir esse trabalho conosco, contribuindo para que esta Frente Parlamentar tenha vida longa, como disse o Anderson. Esperamos que, nos próximos encontros, possamos contar com a participação de todos os movimentos sociais, da agricultura familiar, das comunidades quilombolas e dos povos tradicionais, para que esta Frente Parlamentar seja duradoura, forte, consistente e capaz de construir aquilo que precisa ser construído.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado. O Pedro trouxe uma frase que também merece ser destacada: “A fome tem cor, território e condição social”. Isso é importante porque os dados apresentados demonstram exatamente essa realidade. Quando fazemos os recortes sociais, observamos que a fome atinge principalmente a população negra, as pessoas em situação de pobreza e as comunidades periféricas. É nesses segmentos que encontramos os maiores índices de insegurança alimentar. Passaremos agora às pessoas inscritas para uso da palavra. Temos cinco inscrições e vou pedir que cada participante utilize até três minutos, para que possamos garantir o direito de fala de todos. Quem fala por último acaba sendo prejudicado quando o tempo se estende,



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

por isso faremos esse controle para assegurar a participação de todos. O primeiro inscrito é o vereador Abilio Vaneli, do município de Coxim, que está aqui na Mesa.

SENHOR ABILIO VANELI (vereador) — Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o deputado Pedro Kemp e, em nome do seu mandato, parabenizá-lo pela iniciativa de reativar os trabalhos desta Frente Parlamentar. Eu já participei anteriormente das atividades da Frente quando ela era coordenada pelo saudoso deputado Cabo Almi. Por isso, quero parabenizar o seu mandato por manter essa abertura ao diálogo e à participação social. Também cumprimento todos os integrantes da Mesa e os representantes da sociedade civil aqui presentes. Entendo que uma Frente Parlamentar construída com ampla participação da sociedade, sem desmerecer a representatividade dos parlamentares, possui ainda mais legitimidade e força para discutir e debater temas tão relevantes. Por isso, quero parabenizar essa iniciativa. Uma Frente Parlamentar plural, construída dessa forma, tem muito mais condições de contribuir efetivamente com a sociedade. Eu gostaria de fazer uma sugestão. Falou-se muito aqui sobre o PAA, o PNAE e a agricultura familiar. E a agricultura familiar está diretamente relacionada à produção de alimentos saudáveis, que é justamente o que buscamos promover por meio desta Frente Parlamentar e das políticas de segurança alimentar. Nos municípios, especialmente no período pós-pandemia, observamos uma redução significativa do número de produtores habilitados e organizados para produzir e fornecer alimentos ao poder público por meio das compras institucionais. Falo pela experiência de Coxim, onde exerço o mandato de vereador. Precisamos retomar esse trabalho. É necessário, por exemplo, elaborar cardápios com o acompanhamento de nutricionistas, considerando as especificidades de cada município. Acredito que a Frente Parlamentar poderia contribuir apresentando proposições ou encaminhando ofícios às Secretarias Municipais de Educação, aos municípios, às instituições federais de ensino e também às instituições militares presentes no estado, como Exército e Marinha, que já desenvolvem algumas iniciativas nesse sentido. Precisamos ter sensibilidade para compreender as características de cada município, o perfil dos produtores locais e a sazonalidade da produção de cada região. Caso contrário, os agricultores familiares não conseguirão participar dos editais nem atender às demandas das instituições públicas ao longo de todo o ano. Por outro lado, também não adianta apenas lançar editais para cumprir uma exigência formal, sem que eles contemplem efetivamente a agricultura familiar e os produtos produzidos naquela localidade. Portanto, deixo como sugestão que a Frente Parlamentar atue como indutora desse processo, não apenas cobrando ou fiscalizando, mas também orientando e acompanhando, com o apoio de toda a equipe técnica presente, para ampliar a comercialização dos produtos da agricultura familiar. Precisamos fortalecer a agricultura familiar e fazer com que hospitais, escolas, municípios e instituições estaduais adquiram esses produtos, contribuindo para o fortalecimento da produção local e para a promoção da segurança alimentar e nutricional em nossas comunidades. Faço essa sugestão e parabenizo, mais uma vez, a reativação da Frente Parlamentar, na pessoa do deputado Pedro Kemp, bem como todos os presentes. Colocamo-nos à disposição, no município de Coxim, para contribuir com essa pauta.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Muito obrigado, vereador Abilio. A sugestão é muito pertinente. Vale lembrar que a agricultura familiar, em geral, produz alimentos de boa qualidade e, muitas vezes, alimentos orgânicos. Uma forma importante de fortalecer esse setor é justamente garantir que as instituições públicas priorizem a aquisição desses produtos. Passamos agora a ouvir a senhora Maria Luiza Serrou dos Santos, presidente da Associação de Apoio à População em Situação de Rua São Francisco de Assis.

SENHORA MARIA LUIZA SERROU DOS SANTOS — É com muito prazer que estou aqui, deputado, representando uma população que está abaixo da pobreza. Represento a população em situação de rua. Atualmente, mantemos duas unidades de acolhimento: a Casa das Mulheres e a Casa dos Homens. A Casa das Mulheres possui capacidade para vinte pessoas e, atualmente, acolhe vinte e duas. Já a Casa dos Homens tem capacidade para quarenta pessoas e hoje atende quarenta moradores. Além das pessoas acolhidas, que recebem acompanhamento médico, psicológico e assistência social, também fornecemos alimentação diariamente para outras pessoas em situação de vulnerabilidade. Somente na Casa dos Homens, além dos quarenta acolhidos, alimentamos mais de oitenta pessoas por dia. Na Casa das Mulheres, atendemos outras vinte pessoas. Isso significa que fornecemos alimentação para mais de cem pessoas diariamente. Para se ter uma ideia da dimensão desse trabalho, consumimos cerca de quinze quilos de arroz por dia apenas no almoço e no jantar. Trabalhamos com alimentos que eram entregues para nós, vindos do Centro de Processamento de Alimentos (CPA), provenientes da agricultura familiar. Eram alimentos de boa qualidade. No entanto, há cerca de um ano deixamos de receber esses produtos. Recentemente estive no CPA e fui informada de que os alimentos atualmente só podem ser destinados aos indígenas e às comunidades quilombolas. Eu pergunto: e a população em situação de rua? E nós, brancos, que atendemos pessoas em extrema pobreza? Onde ficamos nessa política? Afinal, trabalhamos com pessoas que muitas vezes fazem apenas uma refeição por dia e, em alguns casos, sobrevivem de restos recolhidos no lixo. Quando chegam até nós, precisamos garantir alimentação para essas pessoas. Ultimamente, temos conseguido oferecer apenas arroz, feijão e carne. E onde estão as verduras, os legumes e os demais alimentos? Segundo nos informaram, estão sendo destinados aos quilombolas e aos indígenas. Desculpem-me pelo desabafo, mas considero essa situação absurda. Sinto que há uma discriminação contra nós. Meu marido possui uma chácara próxima a uma aldeia, em Rochedo. Frequentemente vemos caminhões carregados de alimentos chegando ao local, inclusive com escolta. Enquanto isso, nós estamos aqui alimentando mais de cem pessoas por dia, pessoas que realmente passam fome e precisam de ajuda. São seres humanos que precisam ser respeitados. Talvez você não saiba, minha amiga, mas a população em situação de rua está aumentando em um ritmo que causa tristeza. A Casa dos Homens, com capacidade para quarenta pessoas, já está pequena. A Casa das Mulheres, com capacidade para vinte, também já não comporta a demanda. Trabalhar com seres humanos exige qualidade no atendimento. Não basta apenas oferecer alimentação, remédio ou um lugar para dormir. É um trabalho



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

muito mais amplo. Nós buscamos reinserir essas pessoas na sociedade. É uma luta difícil, mas seguimos lutando. Muito obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado, Maria Luiza. A Casa de Apoio à População em Situação de Rua realiza um excelente trabalho. Conheço essa instituição desde a sua fundação. O atendimento prestado vai muito além da alimentação. As pessoas que chegam à instituição recebem roupas, materiais de higiene, atendimento médico e acompanhamento social. Muitos chegam com problemas graves de saúde, como tuberculose, pneumonia e outras enfermidades. Por isso, esse trabalho realmente precisa de apoio para continuar existindo. Também sabemos que, diariamente, na hora do almoço, a casa abre suas portas para atender outras pessoas em situação de rua que procuram o local para se alimentar, além daqueles que já residem na instituição. Posteriormente, inclusive, talvez possamos ouvir alguma sugestão do Pedro para buscar alternativas de apoio, já que vocês deixaram de receber esse auxílio. É muito importante que a sociedade e os órgãos governamentais apoiem iniciativas como essa, porque não são muitas as instituições que realizam esse tipo de assistência junto à população em situação de rua. Quer falar?

SENHORA OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA (presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) — Posso falar?

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Sim.

SENHORA OSVALDINETE LOPES DE OLIVEIRA SILVA (presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional) — Maria, quando você menciona o CPA, está se referindo ao atual Banco de Alimentos, antigo CPA, correto? Como atualmente estou na presidência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (Comsan), e a Tereza está à frente da Caisan, assumo aqui o compromisso de levar esse assunto ao Conselho. Vamos encaminhar essa demanda ao Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Inclusive, eu e o Pedro já combinamos de realizar uma visita ao local e vamos verificar essa situação. Pelo que tenho conhecimento, existe um cadastro com mais de cem entidades socioassistenciais que recebem alimentos por meio desse programa. Entretanto, não são somente indígenas e quilombolas, portanto, vamos verificar o que aconteceu para entender exatamente o que está ocorrendo.

SENHORA MARIA LUIZA SERROU DOS SANTOS — O responsável pelo local nos informou que só poderia fazer entregas para comunidades quilombolas e indígenas.

SENHORA CARLINDA REZENDE — Vamos fazer uma visita.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

SENHORA MARIA LUIZA SERROU DOS SANTOS — Inclusive, a comunidade é perseguida por causa disso. Há mais de um ano não recebemos nada. Antes recebíamos verduras de qualidade, mas infelizmente deixamos de receber esses alimentos.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Vamos contar com o apoio da Osvaldinete e também do Pedro para realizarem essa visita e, quem sabe, conseguirmos retomar esse apoio à instituição, que desenvolve um trabalho tão importante.

SENHOR PEDRO FERNANDES COSTA GAETA (presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/MS) — Acho que a Carlinda, representando o MDS, poderá trazer uma boa resposta sobre essa questão.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — A Carlinda está inscrita para falar agora. Então, a palavra já é sua e, quem sabe, você já nos ajuda a esclarecer essa situação.

SENHORA CARLINDA REZENDE — Represento o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), que é o ministério responsável pela pactuação de recursos e pelas adesões firmadas com o Governo do Estado para a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Também atuamos nas políticas relacionadas às cozinhas solidárias e ao programa Alimenta Cidades. Todos esses recursos são vinculados ao ministério que represento aqui em Mato Grosso do Sul. Temos algumas situações importantes a considerar. A maior parte da insegurança alimentar e nutricional existente no estado está concentrada nas comunidades indígenas. Isso é um fato. Diante dessa realidade, foi criado, em conjunto com o Governo Federal, o PAA Indígena — Programa de Aquisição de Alimentos voltado às comunidades indígenas. A importância dessa denominação específica está justamente no reconhecimento do pertencimento desses povos. O PAA é uma política pública antiga e já existia anteriormente. Entretanto, quando observávamos os históricos de participação das comunidades indígenas, verificávamos índices muito baixos. Na primeira edição, tivemos a adesão de trezentos e quarenta e seis indígenas. Já na edição mais recente, atualmente em execução, contamos com oitocentos e oitenta e nove indígenas cadastrados. Esse crescimento demonstra que, quando damos visibilidade e identidade à política pública, os resultados aparecem. O PAA possui três modalidades principais: o PAA Indígena, o PAA Quilombola e o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea. O PAA Indígena possui características específicas relacionadas aos hábitos alimentares dos povos indígenas. Nessa modalidade, os alimentos são adquiridos de produtores indígenas e destinados às próprias comunidades indígenas, dentro dos seus territórios, incluindo aldeias urbanas. O PAA Quilombola segue a mesma lógica: os alimentos são adquiridos de produtores quilombolas e destinados, preferencialmente, às comunidades quilombolas. Já o PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea, conhecido popularmente como programa de hortifrúti, adquire alimentos de agricultores familiares e os destina a entidades socioassistenciais e equipamentos públicos. Por isso, considero importante que o Conselho



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

acompanhe essa situação. Atualmente, o Estado realiza entregas, por exemplo, à Cotelengo. Não sei se todos conhecem a instituição. A partir dela, entidades socioassistenciais e equipamentos públicos manifestam interesse e passam a receber esses alimentos. Por essa razão, precisamos verificar o que ocorreu nesse caso específico, porque a situação relatada realmente causa estranheza. Não é correto afirmar que os alimentos são destinados exclusivamente a indígenas e quilombolas, porque estamos falando de modalidades distintas de uma mesma política pública. Por isso, considero importante que o Conselho apure essa informação. Se temos organizações socioassistenciais que necessitam dos alimentos e agricultores familiares produzindo, não há razão para que essa entrega não aconteça. Faço questão de destacar que esta é uma política pública do Governo Federal e que seu objetivo é justamente alcançar as pessoas que precisam, e essas comunidades estão dentro do público atendido pela política.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Sim.

SENHORA CARLINDA REZENDE — Essa é a contribuição que eu trago. Confesso que essa fala me preocupa e quero acompanhar mais de perto essa situação. Muitas vezes, quando levamos uma informação como essa adiante, ela não é tratada como denúncia formal. Algumas pessoas entendem que somente uma denúncia protocolada oficialmente deve ser considerada. Entretanto, sabemos que uma denúncia também pode surgir por meio de um relato verbal, como o que está sendo feito aqui nesta reunião. Por isso, considero importante apurarmos o caso. Gostaria apenas de esclarecer que essa política pública é destinada a todos e todas que dela necessitam. Maria Luiza, a senhora vai conosco nessa visita.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Isso mesmo. Obrigado, Carlinda. E nós vamos resolver essa situação, dona Maria Luiza. Pode considerar que essa será uma das primeiras ações desta Frente Parlamentar. Foi Deus que mandou a senhora aqui. Estamos falando de uma instituição que alimenta diariamente entre oitenta e cem pessoas. Aliás, como a senhora também almoça lá, já são oitenta e uma. É uma entidade que merece toda a nossa atenção. Vamos agendar essa visita e verificar de perto o que está acontecendo, para nos certificarmos de que tudo esteja funcionando adequadamente. Agora temos mais três pessoas inscritas para uso da palavra. Em seguida, encerraremos os debates em razão do horário e passaremos aos encaminhamentos finais. Convido a senhora Marina Nunes, superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul.

SENHORA MARINA RICARDO NUNES VIANA (superintendente do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar em Mato Grosso do Sul) — Obrigada, deputado. É um prazer estar aqui. Acompanho esta Frente Parlamentar desde a sua concepção, ainda representando o MST, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, na luta pela terra, pela transformação social, pela reforma agrária e por uma alimentação saudável para todos. Por isso, quero parabenizar a retomada desta Frente

Parlamentar. Assim como o MDA retornou em 2023, esta frente também está sendo retomada. O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto no governo anterior e, durante esse período, ficamos sem condições de desenvolver diversas políticas públicas, especialmente aquelas relacionadas à agricultura familiar e à produção de alimentos. Fui anotando algumas observações durante as falas e gostaria de destacar, inicialmente, a importância de estarmos reduzindo cada vez mais os índices do mapa da fome. Ainda existem famílias em situação de vulnerabilidade, e isso é uma responsabilidade compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal, além da sociedade civil. Quero registrar algumas ações desenvolvidas pelo MDA na área da segurança alimentar e nutricional. Como foi mencionado por vários participantes, a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população brasileira e, principalmente, por alimentos produzidos de forma mais saudável. Por isso, uma das atribuições do MDA é promover a inclusão produtiva, sempre com foco na agroecologia, na produção orgânica e em sistemas sustentáveis de produção. Não basta apenas produzir alimentos; precisamos produzir alimentos saudáveis. Quando levamos alimentos produzidos com excesso de agrotóxicos ou outros insumos prejudiciais, acabamos levando também problemas para dentro da sociedade. Por isso, o trabalho do MDA está voltado para a produção sustentável, o incentivo à agroecologia e o fortalecimento dos sistemas produtivos locais. Outra atribuição importante é a geração de renda por meio da assistência técnica e do crédito rural. Quando oferecemos assistência técnica, promovemos geração de renda e possibilitamos que as famílias acessem as diversas linhas de crédito disponíveis, desde o Pronaf A, o Pronaf Mais Alimentos, o Pronaf Cooperativas e o Pronaf Agroecologia, entre outras modalidades. Hoje temos mais de trinta e seis mil famílias da agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Se ampliarmos esse olhar para incluir ribeirinhos, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, assentados e acampados, chegamos a mais de oitenta mil famílias em todo o estado. Quando falamos em geração de renda, trabalhamos em conjunto com o MDS e diversos outros órgãos. Pensamos também em políticas executadas por instituições como a Conab — e a Regina está aqui representando essa instituição. Quando discutimos o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estamos falando de uma política extremamente importante. A Conab adquire a produção da agricultura familiar e realiza a doação desses alimentos para famílias quilombolas, indígenas e também para famílias em situação de vulnerabilidade social. Outro aspecto importante é que o MDA contribui para a segurança alimentar e nutricional por meio do apoio direto à produção de alimentos e da promoção de políticas públicas. E, quando falamos em políticas públicas, precisamos necessariamente falar sobre ampliação do acesso ao crédito. O vereador Abílio trouxe algumas sugestões importantes para a Frente Parlamentar. Inclusive, esse é um debate que já vem sendo realizado na Comissão de Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, presidida pelo deputado Zeca do PT. Por isso, acredito que essas duas frentes de atuação caminharão muito próximas: a Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional e os espaços voltados ao desenvolvimento agrário, à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais. Precisamos aprofundar esse debate. Pedro, coloco-me à disposição, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, para contribuir, sanar essa situação. A denúncia que a senhora traz aqui é, de fato, grave.

Muito grave. E todos nós temos o dever de atuar diante dela — não apenas os governos municipal, estadual e federal, mas também os conselhos e toda a sociedade. Coloco-me à disposição para contribuir nesse processo. Estamos desenvolvendo atualmente um trabalho muito importante. Além de estimular a produção de alimentos, também estamos atuando na doação de sementes. Serão distribuídas mais de onze mil e duzentas toneladas de sementes de milho e mais de doze mil toneladas de sementes de feijão preto e de outras variedades de feijão. Isso é fundamental porque não basta apenas fornecer o alimento pronto. É necessário estimular a produção. Por isso, dentro dessa modalidade do PAA voltada à doação de sementes, que estamos executando em parceria com a Conab e com as cooperativas, buscamos fortalecer a capacidade produtiva das famílias. Quando temos cooperativas e associações organizadas, Paulo, conseguimos ampliar significativamente os resultados. Hoje temos duzentos e dois assentamentos em Mato Grosso do Sul. Quando essas famílias produzem, precisamos garantir a compra dessa produção. No Assentamento Itamarati, por exemplo, já existe produção de feijão preto e de outras variedades de feijão, e também estamos discutindo a ampliação da produção de arroz sequeiro. São ações que precisamos incentivar para que esses alimentos cheguem às famílias que necessitam. Precisamos garantir crédito para quem já possui sua terra e garantir terra para quem ainda não a possui. Atualmente temos dezenove acampamentos aguardando acesso à terra para que possam produzir. E, ao mesmo tempo, precisamos fortalecer a compra da produção daqueles que já produzem, para que esses alimentos possam ser destinados às famílias em situação de vulnerabilidade. Quero parabenizar esta iniciativa e colocar o MDA à disposição; o Pedro sabe disso. Sempre que precisarem, estaremos presentes. Vamos percorrer o estado. O Pedro costuma dizer: “Meu Deus, você e a Carlinda rodam mais que notícia boa”. E vamos continuar rodando. São setenta e nove municípios, mais de vinte e quatro comunidades quilombolas, duzentos e dois assentamentos, além dos pequenos produtores que não estão vinculados à reforma agrária, mas que também produzem alimentos. Precisamos construir essa frente juntos, não é, Pedro? Vida longa para você e para todos nós...

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Vida longa.

SENHORA MARINA RICARDO NUNES VIANA (MDA) — ... e vamos seguir em frente com esse trabalho. Um abraço a todos!

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Isso aí. Obrigado, Marina. Temos mais duas pessoas inscritas antes do encerramento. Passo a palavra à Regina, representante da Conab.

SENHORA REGINA (Conab) — Boa tarde a todos. Meu nome é Regina e trabalho na Conab. Estou muito feliz por estar aqui hoje, Pedro. Nós nos conhecemos há muitos anos. Inclusive, sou fruto do apoio que você sempre deu às políticas de educação lá no Bairro Tiradentes.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL SECRETARIA
JURÍDICA E LEGISLATIVA — SJL
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA E REVISÃO
ATA DA FRENTE PARLAMENTAR DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
REALIZADA EM 17/06/2026**

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Sim.

SENHORA REGINA (CONAB) — Desde que eu tinha cinco anos de idade você já apoiava essas iniciativas. Por isso conhecemos seu trabalho muito antes da sua trajetória parlamentar. Conhecemos o ser humano que você já era naquela época, apoiando a educação. De certa forma, sou fruto desse trabalho. E hoje, estando concursada no Governo Federal, atuando na Conab e participando desta reunião ao seu lado, considero uma grande satisfação poder dizer isso.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Que bom! Peguei você no colo, Regina. Você era bem pequenininha.

SENHORA REGINA (CONAB) — Pois é. Eu trabalho na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e somos responsáveis, aqui no estado, pela execução do PAA na modalidade Compra com Doação Simultânea. Trata-se de um programa extremamente importante e eu gostaria de deixar uma sugestão. Às vezes enfrentamos alguns problemas, e isso se relaciona com algo que a professora Osvaldinete mencionou anteriormente: direitos conquistados não são necessariamente direitos garantidos. O que acontece é que os programas do PAA recebem determinados limites orçamentários. Uma associação ou cooperativa tem um valor aprovado para execução durante o período contratual. Se esse recurso é utilizado antes do término do contrato, a entidade fica sem respaldo para novas aquisições por parte da Conab e do Governo Federal até que haja nova disponibilidade orçamentária. Ao longo dos anos observamos que muitas associações e cooperativas não possuem apoio suficiente para viabilizar a comercialização de seus produtos independentemente do PAA, porque o PAA é um importante instrumento de apoio à produção e à comercialização, mas não pode ser o único canal de venda dessas organizações. Há cerca de dois anos acompanhei de perto uma situação em que uma associação possuía alimentos prontos para a colheita, mas não tinha meios de comercialização. Estamos falando de produtores simples, muitas vezes com poucos recursos e dificuldades para sair da propriedade rural e acessar mercados consumidores. Por isso, considero fundamental construir políticas voltadas à viabilização da comercialização. Naquele caso específico, havia produção pronta para ser colhida e os alimentos estavam se perdendo no campo. Ao mesmo tempo, existiam locais necessitando desses produtos, seja para comercialização, seja para doação. O problema era justamente a ausência de uma cadeia de comercialização estruturada que permitisse que esses alimentos chegassem ao destino adequado. Por isso, é importante construir políticas e mecanismos de comercialização para essas associações e cooperativas que produzem alimentos. Muitas vezes a produção se perde justamente pela falta de apoio para a comercialização ou para a destinação adequada desses produtos, então precisamos pensar em alternativas para que isso não aconteça. Outra questão mencionada pela Marina foi a dos bancos de sementes. Recentemente foi aberto o PAA Sementes, e eu acompanhei pessoalmente o levantamento de preços para a execução desse programa em Mato Grosso do Sul. Posso falar com propriedade porque fui eu quem realizou essa pesquisa. Entrei em

contato com diversos professores, inclusive da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, além de outras instituições e iniciativas do Estado. Foi um trabalho bastante difícil, porque a resposta que recebíamos era sempre semelhante: “Nossa produção ainda é muito pequena. Não conseguiremos comercializar por meio do PAA”. Por isso, é importante fortalecer esses bancos de sementes. Existem grupos desenvolvendo esse trabalho nos polos das universidades federais, com recursos do Governo Federal, mas os agricultores precisam de apoio para ampliar sua capacidade de produção. Somente assim conseguiremos avançar na comercialização desses produtos. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Obrigado, Regina. O que a Regina colocou é muito sério. Muitas comunidades produzem alimentos, mas não possuem meios adequados para transportá-los nem canais para comercializá-los. Essa é uma questão que precisamos levar, inclusive, às prefeituras, para que possam oferecer mais apoio. Já destinei emendas parlamentares para comunidades indígenas com o objetivo de adquirir veículos e carretinhas para o transporte da produção. Muitas vezes as famílias conseguem produzir, mas enfrentam dificuldades para fazer os alimentos chegarem até a cidade e ao mercado consumidor.

SENHOR PEDRO FERNANDES COSTA GAETA (presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea/MS) — Pode fazer essa articulação também por meio do Consea, deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Pelo Consea também? E, por último, concedo a palavra à Adriane, representante quilombola, que também está inscrita.

SENHORA ADRIANE (representante quilombola) — Quando falamos em hospitais e em grandes instituições compradoras de alimentos, percebemos que existe uma exigência muito forte por produtos minimamente processados. O problema é que as comunidades não possuem agroindústrias e, por isso, acabam ficando de fora dessas compras e concorrências. Muitas vezes os editais ficam sem participação ou não conseguimos atender às exigências porque não temos condições de oferecer produtos minimamente processados. Por isso, gostaríamos que esta Casa refletisse sobre a necessidade de adquirir também os produtos produzidos diretamente pelas comunidades. Quando procuramos quartéis ou outras grandes instituições para comercializar nossa produção, ouvimos que eles precisam de grandes quantidades e também de produtos minimamente processados. Como não dispomos de agroindústrias, não conseguimos atender a essas exigências. Essa é uma dificuldade muito grande. Por isso, esperamos que o MDA nos ajude nesse processo. É uma grande vitória quando vemos as comunidades produzindo. Por outro lado, é muito triste ver alimentos se perdendo no campo por falta de escoamento, por falta de mercado consumidor ou por ausência de canais adequados de comercialização. Muitas vezes os produtos nem chegam às feiras. Sabemos que boa parte dos alimentos comercializados aqui vem de fora. A Ceasa recebe muitos produtos de outras

regiões. Se os alimentos produzidos localmente chegassem até aqui com toda a qualidade que possuem, certamente seriam mais acessíveis e mais baratos para a população. Também gostaríamos que esta Casa olhasse com carinho para a questão das hortas comunitárias. O Anderson sempre foi parceiro das nossas hortas comunitárias e sabe da importância desse trabalho. Durante a pandemia, vimos claramente como essas iniciativas ajudaram muitas famílias a saírem da situação de fome. Por isso, defendemos que as prefeituras utilizem áreas públicas ociosas, terrenos abandonados e espaços sem utilização para a implantação de hortas comunitárias nas periferias. Essas hortas podem servir tanto para a produção de alimentos saudáveis quanto para projetos como a Farmácia Verde, permitindo a produção conjunta de alimentos e plantas medicinais. Algumas escolas já estão começando esse trabalho, mas infelizmente perdemos muito apoio aqui em Campo Grande. Houve um período em que praticamente todas as áreas de ocupação possuíam hortas comunitárias. Muitas vezes ouvimos a sugestão de que as pessoas produzam alimentos em seus quintais. Mas a realidade é que a água é cara, o adubo é caro e precisamos aprender a viver de forma coletiva. As hortas comunitárias continuam sendo uma das formas mais eficazes de retirar pessoas da situação de fome e garantir alimentação saudável. Como foi mencionado anteriormente, muitas vezes vemos uma pessoa obesa e concluímos que ela come em excesso. No entanto, o problema frequentemente está na falta de acesso a uma alimentação saudável e de qualidade. Quando falamos em alimentos de verdade, produzidos sem veneno e com responsabilidade social, estamos falando também de cuidado humano. Além da produção de alimentos nas áreas periféricas, as hortas comunitárias promovem trocas de saberes, fortalecem vínculos comunitários e permitem a troca de experiências, sentimentos e solidariedade entre as pessoas, porque, muitas vezes, quem está nessas hortas são mulheres arrimo de família e pessoas idosas. As hortas comunitárias representam inclusão social. Por isso, gostaria que essa pauta fosse tratada com carinho e que houvesse estímulo à implantação dessas iniciativas nas áreas periféricas. Onde o Instituto Dandara e a Conaq — Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas — estão presentes, nós incentivamos a produção por meio das hortas comunitárias. No entanto, precisamos do apoio das prefeituras. O que nos entristece é que, muitas vezes, depois de todo o trabalho de plantio e organização, vemos tratores passando por cima da produção de alimentos. Isso dói muito. Era isso. Obrigada.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Muito obrigado, Adriane. O Anderson pediu a palavra para fazer uma consideração.

SENHOR ANDERSON HOLSBACH (conselheiro estadual do Consea/MS) — É muito bom vê-la aqui mais uma vez, Adriane. O seu trabalho é inspirador. Deputado, infelizmente não conseguiremos resolver todos os problemas do mundo com uma única ação, mas a iniciativa trazida pela Adriane é extremamente viável. Tivemos a oportunidade de conhecer melhor esse trabalho durante a Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional de 2023. Em 2024, ela também compartilhou essa experiência no Seminário de Segurança Alimentar que realizamos. Trata-se de uma iniciativa possível de ser aplicada

nos territórios. O que a Adriane trouxe faz muito sentido. E, para quem ainda não conhece o conceito de alimento minimamente processado, vale explicar que os alimentos são classificados de acordo com o grau de processamento. Se pegarmos, por exemplo, uma espiga de milho, temos um alimento in natura. Normalmente, não consumimos o milho exatamente dessa forma; ele precisa ser cozido. Podemos ter o milho enlatado, que é um alimento processado para conservação, e também produtos ultraprocessados, como salgadinhos industrializados, que muitas vezes apenas fazem referência ao milho na embalagem. Entre esses extremos existem os alimentos minimamente processados. São exemplos o flocão de milho, a farinha de mandioca, a castanha de baru beneficiada e diversos outros produtos elaborados por agricultores familiares e agroindústrias de pequeno porte. Esses alimentos passam por beneficiamento, mas sem perder sua qualidade nutricional. E é justamente isso que estamos discutindo aqui: não se trata apenas de alimentar, mas de alimentar com qualidade. Os alimentos minimamente processados mantêm seus nutrientes, carboidratos, proteínas, lipídios, vitaminas, minerais e fibras. Em muitos casos, as compras institucionais exigem esse tipo de produto. O que frequentemente falta é a conexão entre quem produz e as condições necessárias para atender às exigências de quem compra. Portanto, essa também é uma reflexão importante para os trabalhos da Frente Parlamentar.

DEPUTADO PEDRO KEMP - PT (coordenador) — Muito bem. Lembro que certa vez recebemos aqui a solicitação de um assentamento para aquisição de uma máquina de embalagem a vácuo para mandioca. Com esse equipamento, eles poderiam embalar, congelar e posteriormente comercializar o produto nos supermercados, agregando valor à produção por meio de um processamento mínimo. São iniciativas simples, mas que facilitam muito a comercialização. Muito bom. Gente, considero que esta reunião foi excelente. Ao mesmo tempo, saio daqui com uma grande responsabilidade, porque ouvimos inúmeras demandas e pautas importantes que precisaremos abraçar e encaminhar. Temos muito trabalho pela frente. Todas as entidades representadas nesta reunião podem ser consideradas integrantes da Frente Parlamentar de Segurança Alimentar e Nutricional. Assim, quando formos realizar ações, atividades ou mobilizações, poderemos contar com essa rede de parceiros que esteve presente desde o primeiro momento. Como tenho afirmado, não queremos uma frente composta apenas por parlamentares, mas uma Frente Parlamentar construída juntamente com as entidades da sociedade civil. Hoje tivemos representantes de conselhos, órgãos federais, órgãos públicos, instituições governamentais e do Governo do Estado. Foi uma participação muito qualificada. Acredito que temos uma excelente composição para construir essa articulação. Recebemos diversas sugestões ao longo da reunião e, posteriormente, vamos sistematizar essas contribuições e elaborar um programa de trabalho conjunto. Sempre que houver necessidade, poderemos convocar novas reuniões para discutir encaminhamentos e construir ações coletivas. Uma questão importante é mantermos a troca permanente de informações entre todos nós. Muitas vezes surge uma demanda, como aconteceu nesta reunião, e ela pode ser resolvida ou encaminhada de forma mais rápida, por meio do diálogo, da articulação entre as instituições aqui representadas, minimamente por meio de um contato entre nós, de uma visita ao local

ou do encaminhamento da demanda ao órgão responsável. Portanto, é fundamental que mantenhamos essa articulação. Fizemos a lista de presença e registramos os contatos de todos os participantes, assim podemos considerar essa relação como composta pelos representantes das entidades e órgãos que passam a integrar e participar desta Frente Parlamentar. Bom, como já temos muito trabalho pela frente e também já assumimos o compromisso de buscar uma solução para a situação apresentada pela dona Maria Luiza, podemos encaminhar esta reunião para o encerramento. Quero, mais uma vez, agradecer a todas as pessoas que participaram deste encontro e, especialmente, aos convidados que fizeram uso da palavra, trazendo informações, reflexões e dados extremamente importantes para os nossos trabalhos. Confesso que fiquei muito feliz ao ouvir a exposição da professora Osvaldinete, especialmente quando apresentou os gráficos demonstrando a redução significativa da insegurança alimentar no país. Peço licença para fazer uma observação. Durante os governos do meu partido, houve uma queda expressiva dos índices de insegurança alimentar no Brasil. Faço esse registro porque, para quem atua e luta diariamente nessa área, momentos como esse nos fazem refletir que todo o esforço valeu a pena, não é, Marina? Mas, como foi lembrado aqui — acredito que pelo Anderson —, não podemos nos esquecer das pessoas que ainda permanecem em situação de insegurança alimentar. Foi mencionado um número que me parece estar em torno de duzentas mil pessoas em Mato Grosso do Sul. Às vezes celebramos o fato de o Brasil ter saído do mapa da fome, o que é realmente importante, mas ainda existe uma quantidade significativa de pessoas vivendo em insegurança alimentar. E sabemos que essa realidade atinge, principalmente, comunidades indígenas, comunidades quilombolas e populações que vivem nas periferias urbanas. É por essas pessoas que precisamos lutar prioritariamente neste momento, para que possamos alcançar, um dia, uma situação de plena segurança alimentar, com acesso universal a alimentos de qualidade. É com essa esperança que encerramos esta reunião. Agradeço novamente a presença de todos e já aviso que, quando precisarmos de mobilização, podem ter certeza de que o Paulo entrará em contato com vocês. Desejo a todos uma boa tarde. Fiquem com Deus. Muito obrigado e até a próxima. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente reunião (17h32min).